

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2020

Companhia Energética de Brasília – CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Balancos Patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado			Passivo	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019			31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Circulante								Circulante							
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	14.412	12.713	12.784	136.703	465.338	179.699	Fornecedores	14	14.383	10.660	15.237	16.549	196.454	488.018
Contas a Receber	6	11.558	18.526	26.994	33.836	608.867	622.655	Obrigações tributárias	15	50.586	5.557	5.706	78.069	487.606	220.970
Depósitos e Bloqueios Judiciais	9	111	111	111	265	121	2.552	Contribuição de iluminação pública						41.898	96.866
Estoques		875	705	595	953	10.322	8.437	Encargos regulatórios				7.766	81.882	90.107	
Tributos e Contribuições Compensáveis	7	4.327	4.806	4.684	4.877	43.376	35.015	Debêntures					26.814	247.778	
Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros						503.161	862.704	Empréstimos e financiamentos	16	13.110	21.633		13.110	120.833	86.069
Demais Créditos	8	42.920	43.793	24.249	28.890	126.458	140.785	Obrigações societárias	17	559.657	33.818	5.885	571.448	47.062	16.744
Ativos não Circulante Mantido para Venda	10	641	641	641	641	2.228	2.352	Obrigações sociais e trabalhistas	18	638	297	201	946	23.433	25.983
Ativos de Operação Descontinuada		961.965			3.111.907			Valores a pagar de Parcela "A" e outros itens financeiros					499.097	608.361	
								Benefícios pós emprego						2.568	2.814
Total do Circulante		1.036.809	81.295	70.058	3.318.072	1.759.871	1.854.199	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	19	200	100		2.463	10.309	6.478
								Demais obrigações	20	1.394	1.172	414	4.343	30.124	38.655
Não Circulante								Passivos de Operação Descontinuada					2.149.941		
Aplicações Financeiras					1.539	10.886	10.355	Total do Circulante		639.968	73.237	27.443	2.844.635	1.568.080	1.928.843
Contas a Receber	6					64.820	33.317	Não Circulante							
Empréstimos e Financiamentos		1.148	11.466	13.415	1.148	12.436	14.989	Fornecedores	14						36.830
Depósitos e Bloqueios Judiciais	9	5.893	5.893	150	8.083	28.505	14.948	Obrigações tributárias	15	3.669	96.782	96.781	3.843	359.741	322.356
Tributos e Contribuições Compensáveis	7	692	25.229	26.063	696	31.147	32.147	Contribuição de iluminação pública							3.393
Ativo Financeiro Indenizável						150.638	144.450	Debêntures						186.996	15.019
Demais Créditos	8				9.651	11.308	13.020	Empréstimos e financiamentos	16	81.991	94.000		81.991	167.532	188.194
Realizável a Longo Prazo		7.733	42.588	39.628	21.117	309.740	263.226	Benefícios pós emprego						137.946	73.922
								Encargos regulatórios						70.245	100.120
								Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	19			1	1.958	61.138	44.294
								Obrigações vinculadas a concessão						1.103	3.400
								Valores a pagar de Parcela "A" e outros itens financeiros						102.199	96.438
								Demais obrigações	20				540	71.632	5.869
Investimentos	11	344.820	887.444	726.814	378.045	632.392	613.426	Total do Não Circulante		85.660	190.782	96.782	88.332	1.158.532	889.835
Imobilizado	12	12.926	13.047	13.136	42.847	110.744	102.560	Patrimônio Líquido	21						
Intangível	13	2.109	3.034	3.971	73.711	893.943	920.106	Capital social		566.025	566.025	566.025	566.025	566.025	566.025
Total do Não Circulante		367.588	946.113	783.549	515.720	1.946.819	1.899.318	Reserva de lucros		137.724	108.575	18.677	137.724	108.575	18.677
								Ajuste de avaliação patrimonial		(24.980)	109.386	149.749	(24.980)	109.386	149.749
								Prejuízos Acumulados			(20.597)	(5.069)		(20.597)	(5.069)
								Atribuível as acionista controlador		678.769	763.389	729.382	678.769	763.389	729.382
								Atribuível aos acionistas não controladores					222.056	216.689	205.457
								Total do Patrimônio Líquido		678.769	763.389	729.382	900.825	980.078	934.839
Total do Ativo		1.404.397	1.027.408	853.607	3.833.792	3.706.690	3.753.517	Total do Passivo		1.404.397	1.027.408	853.607	3.833.792	3.706.690	3.753.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia Energética de Brasília – CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Demonstrações do Resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
		Reapresentado		Reapresentado	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22.1	52.272	60.270	255.178	304.737
Custo com Energia Elétrica	22.2			(44.999)	(63.606)
Custo de Operação	22.3			(40.271)	(50.888)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	22.3	(42.362)	(48.231)	(45.088)	(51.355)
Lucro Bruto		9.910	12.039	124.821	138.888
Receitas / (Despesas) Operacionais		62.082	56.641	6.508	(3.028)
Despesas com Vendas	22.3	(1.810)	(2.805)	(1.810)	(2.805)
Despesas Gerais e Administrativas	22.3	(29.162)	(17.986)	(40.223)	(29.744)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11	92.874	77.365	48.170	28.964
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	22.4	180	67	371	557
Outras Receitas Operacionais		180	67	1.101	2.526
Outras Despesas Operacionais				(730)	(1.969)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		71.992	68.680	131.329	135.860
Receitas (Despesas) Financeiras	22.5	(3.541)	11.583	500	14.798
Receitas Financeiras		4.668	15.279	9.255	22.317
Despesas Financeiras		(8.209)	(3.696)	(8.755)	(7.519)
Lucro Operacional antes dos Tributos		68.451	80.263	131.829	150.658
Imposto de Renda e Contribuição Social	15	6.138	(3.109)	(24.481)	(35.920)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		(62.425)	(2.252)	(93.558)	(34.326)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido		68.563	(857)	69.077	(1.594)
Lucro do Exercício Proveniente das Operações Continuadas		74.589	77.154	107.348	114.738
Lucro do Exercício Proveniente da Operação Descontinuada	3	358.030	26.363	358.030	26.363
Lucro do Exercício		432.619	103.517	465.378	141.101
Atribuído aos Acionistas Controladores				432.619	103.517
Atribuído aos Acionistas não Controladores				32.759	37.584
Lucro Básico e Diluído por Ação em Reais:	23				
Ações Ordinárias – Básicas e diluídas		36,90	7,46		
Ações Preferenciais Classe A – Básicas e diluídas		36,90	7,46		
Ações Preferenciais Classe B – Básicas e diluídas		40,59	8,21		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia Energética de Brasília - CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Demonstrações dos Resultados Abrangentes
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
		Reapresentado		Reapresentado	
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício		432.619	103.517	465.378	141.101
Outros Resultados Abrangentes	21	227.124	(40.363)	227.124	(40.363)
Itens que não serão Reclassificados Subsequentemente ao Resultado					
Ganho (Perda) Atuarial com Plano de Benefício Definido				46.379	(40.363)
Realização de Reserva de Reavaliação (Custo Atribuído)		180.745		180.745	
Equivalência Patrimonial sobre Obrigação Atuarial - Benefícios Definido		46.379	(40.363)		
Resultado Abrangente Total		659.743	63.154	692.502	100.738
Atribuído aos Acionistas Controladores				659.743	63.154
Atribuído aos Acionistas Não Controladores				32.759	37.584

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia Energética de Brasília - CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais

Eventos	Atribuído aos acionistas controladores						Participação de Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial/Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Participação do Acionista Controlador		
		Reserva Legal	Reserva de Capital					
Saldo em 1º de janeiro de 2019 - Reapresentado	566.025	1.225	17.452	149.749	(5.069)	729.382	205.457	934.839
Transação de Capital com Acionistas:								
Constituição de Provisão de Partes Beneficiárias							(7.624)	(7.624)
Dividendos a pagar					(28.000)	(28.000)	(18.728)	(46.728)
Lucro líquido do exercício					103.517	103.517	37.584	141.101
Absorção de prejuízos acumulados gerados no exercício					(1.147)	(1.147)		(1.147)
Destinação do Lucro								
Reserva Legal		5.895			(5.895)			
Reserva para Expansão dos Negócios Sociais			84.003		(84.003)			
Equiv. Patrim. sobre Resultados Abrangentes - Controladas - Benefícios Pós-Emprego				(40.363)		(40.363)		(40.363)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 - Reapresentado	566.025	7.120	101.455	109.386	(20.597)	763.389	216.689	980.078
Transação de Capital com Acionistas:								
Constituição de Provisão de Partes Beneficiárias							(6.667)	(6.667)
Dividendos a pagar					(553.839)	(553.839)	(20.725)	(574.564)
Lucro líquido do exercício								
Resultado do Exercício					432.619	432.619	32.759	465.378
Lucros Acumulados (Lançamentos realizados neste grupo, sem trânsito no resultado)					(9.779)	(9.779)		(9.779)
Destinação do Lucro								
Reserva Legal		29.149			(29.149)			
Realização de Reserva de Reavaliação (Custo Atribuído)				(180.745)	180.745			
Equiv. Patrim. sobre Resultados Abrangentes - Controladas - Benefícios Pós-Emprego				46.379		46.379		46.379
Saldo em 31 de dezembro de 2020	566.025	36.269	101.455	(24.980)		678.769	222.056	900.825

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia Energética de Brasília – CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Recebimento de Consumidores	62.047	72.153	272.314	4.357.128
Rendimento de Aplicações Financeiras	697	827	4.122	9.736
Liberação de Garantia CCEE			5.804	7.482
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	73.517	65.430	32.790	32.565
Outros Recebimentos	299	5.670	291	5.768
Recebimentos	136.560	144.080	315.321	4.412.679
Fornecedores - Materiais e Serviços	(43.677)	(51.820)	(51.265)	(186.221)
Fornecedores - Energia Elétrica e Gás			(26.220)	(2.584.032)
Contribuição de Iluminação Pública				(226.174)
Salários e Encargos Sociais	(20.860)	(19.695)	(29.307)	(267.850)
Pagamentos de Encargos da Dívida	(6.736)		(6.872)	(40.691)
Impostos e Contribuições	(19.989)	(3.958)	(65.004)	(595.931)
Encargos Setoriais			(3.255)	(68.393)
Outros Pagamentos	(2.584)	(1.917)	(40.424)	(69.181)
Pagamentos	(93.846)	(77.390)	(222.347)	(4.038.473)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	42.714	66.690	92.974	374.206
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais Descontinuadas			137.692	
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados	(42)	(286)	(4.090)	(39.373)
Aquisição de Investimentos	(1.170)		(1.225)	
Alienação de Imobilizado e Investimentos				15.520
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(168)	(173.087)	(168)	300
Caixa Líquido (Usado nas) Atividades de Investimento de Operações Continuadas	(1.380)	(173.373)	(5.483)	(23.553)
Caixa Líquido (Usado nas) Atividades de Investimento de Operações Descontinuadas			(16.794)	
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento				
Empréstimos e Financiamentos Obtidos		124.997		124.997
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	(28.000)		(48.645)	(17.964)
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	(21.908)	(11.138)	(21.908)	(158.983)
Custos de Transação				(736)
Outros	10.273	(7.247)	3.137	(12.328)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades de Financiamento de Operações Continuadas	(39.635)	106.612	(67.416)	(65.014)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento de Operações Descontinuadas			(156.107)	
Aumento (Redução) do Saldo Líquido de Caixa e Equivalente	1.699	(71)	(15.134)	285.639
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	12.713	12.784	465.338	179.699
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício de Operações Descontinuadas			313.501	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício de Operações Continuadas	14.412	12.713	136.703	465.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia Energética de Brasília – CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
		Reapresentado		Reapresentado
Receitas	57.333	65.282	289.844	335.741
Venda de Energia e Serviços Prestados	59.082	67.939	290.612	337.934
Perdas Estimadas em Créditos Liquidação Duvidosa	(1.762)	(2.699)	(1.870)	(2.699)
Receita na Alienação de Ativo Imobilizado				(378)
Outras Receitas	13	42	1.102	884
Insumos Adquiridos de Terceiros	(59.041)	(54.696)	(120.123)	(133.271)
Custos com Serviço de Energia Elétrica			(45.569)	(68.643)
Custos com Serviço Prestado a Terceiros	(42.362)	(48.239)	(45.088)	(51.355)
Serviços de Terceiros	(16.111)	(5.805)	(17.059)	1.450
Material	(32)	(57)	(11.041)	(12.558)
Provisões/Reversões	(100)	(99)	(899)	(1.969)
Outros	(436)	(496)	(467)	(195)
Valor Adicionado Bruto	(1.708)	10.586	169.721	202.470
Retenções	(1.082)	(1.089)	(8.329)	(8.548)
Depreciação e Amortização	(1.082)	(1.089)	(8.329)	(8.548)
Valor Adicionado Líquido Produzido	(2.790)	9.497	161.392	193.922
Valor Adicionado Recebido em Transferência	456.369	120.342	420.885	84.668
Receitas Financeiras	1.932	12.035	10.174	23.837
Resultado de Equivalência Patrimonial de Operações Continuadas	92.874	77.365	48.170	28.964
Resultado de Equivalência Patrimonial de Operações Descontinuadas	358.030	26.363	358.030	26.363
Dividendos Recebidos	3.533	4.579	4.511	5.504
Valor Adicionado Total a Distribuir	453.579	129.839	582.277	278.590
Distribuição do Valor Adicionado	453.579	129.837	582.277	278.590
Empregados	10.481	9.828	21.519	20.510
Remuneração Direta	9.980	9.383	20.572	19.796
FGTS	234	173	460	350
Benefícios	267	272	486	364
Impostos, Taxas e Contribuições	2.270	12.796	61.503	76.827
Federal	1.088	11.434	59.632	74.455
Estadual e Municipal	1.182	1.362	1.871	2.372
Remuneração de Capitais de Terceiros	8.209	3.696	33.878	40.154
Aluguéis			25.123	32.634
Despesas Financeiras	8.209	3.696	8.755	7.520
Remuneração de Capitais Próprios	432.619	103.517	465.377	141.099
Participação dos Acionistas Não Controladores			32.759	37.582
Lucros Líquidos Retidos	432.619	103.517	432.618	103.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. OBJETIVO SOCIAL

A Companhia Energética de Brasília (“Companhia”, “CEB” ou “Controladora”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, sob o CNPJ nº 00.070.698/0001-11. Com sede no SIA – Área de Serviços Públicos – Lote C, Brasília, Distrito Federal, registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações transacionadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Brasil, Bolsa, Balcão - B3). Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações, ordinárias e preferenciais, sob os códigos CEBR3, CEBR5 e CEBR6. Demais informações da Companhia podem ser obtidas pelo endereço eletrônico [<http://www.ceb.com.br/>].

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias quando apresentadas de forma consolidada.

A atividade da Companhia é primariamente participar em outras sociedades que atuam na exploração direta ou indireta de serviços de energia elétrica, compreendendo os segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização. De forma secundária, a CEB presta serviços de manutenção e de expansão do sistema de iluminação pública do Distrito Federal.

Abaixo lista das controladas e coligadas do Grupo:

	Atividade	Participação acionária %	
		2020	2019
Participações diretas			
Em Controladas			
CEB Distribuição S.A. (“CEB DIS”, ou “Distribuidora”)(Nota 1.4)	Distribuição	100,00	100,00
CEB Geração S.A.	Geração	100,00	100,00
CEB Participação S.A.	Comercialização	100,00	100,00
CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. (“CEB IPES”)	Serviços	100,00	
CEB Lajeado S.A. (“Lajeado”)	Comercialização	59,93	59,93
Companhia Brasiliense de Gás (“CEB Gás”)	Gás	17,00	17,00
Em Controlada em Conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50	37,50
Em Coligada			
Corumbá Concessões S.A. (Corumbá)	Geração	32,52	32,14
Participações indiretas			
Em Coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99	11,99
Outras Participações			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00	9,00

1.2. IMPACTOS RELACIONADOS AO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-CoV-2)

O surto do novo Coronavírus (Sars-CoV-2) tem causado instabilidades à economia mundial e mudanças significativas nos padrões de consumo e nos níveis de produção. Isso tem impacto direto sobre a demanda de energia, pelo menos no curto prazo, do país. Naturalmente, estes efeitos não se dão de forma homogênea sobre a população, variando de acordo com a renda, gênero, vínculo empregatício e natureza do trabalho, além de outros aspectos ligados à urbanização e ao acesso a serviços básicos essenciais.

O país como um todo, em especial a atividade econômica, tende a enfrentar uma grave conjuntura decorrente do avanço da COVID-19, acirrada pelos efeitos externos dos principais mercados, que será mais agravada, no caso brasileiro, pela situação prévia de baixo dinamismo para recuperar os níveis de produção anteriores à recessão de 2015/2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

No Distrito Federal, o GDF decretou a suspensão de grande parte das atividades econômicas no dia 14 de março de 2020, impactando diretamente a economia da cidade, e por consequência, inibindo o desempenho econômico-financeiro do Grupo CEB, com maior intensidade na atividade de distribuição de energia.

O retorno da economia, hoje, caminha a passos curtos, com o regresso das atividades de forma gradual.

Diante do processo pandêmico que se avizinhava, a Administração da CEB empreendeu medidas na Companhia e demais empresas do Grupo, como destacamos a seguir.

Face a dimensão da gravidade da pandemia no nível global, em especial no Distrito Federal, a CEB decidiu pela criação de grupo de trabalho para acompanhar diariamente a dinâmica do cenário pandêmico e seus impactos decorrentes, principalmente, daqueles que, direta ou indiretamente, afetam os negócios do grupo, objetivando minimizar os seus efeitos.

De forma a manter a continuidade operacional de suas atividades, as empresas do Grupo estipularam o regime de teletrabalho para todas as atividades possíveis e implementou escalas de trabalho diferenciadas para redução do quantitativo de funcionários no mesmo ambiente.

Em relação às geradoras do Grupo, em especial a CEB Geração, até o presente momento não houve impactos expressivos em suas operações, realizando suas previsões de vendas de energia para o exercício de 2020, conforme planejado. Entretanto, há possibilidade de inadimplência das distribuidoras e suspensão do pagamento do Custos de Capital por Investimentos em Melhorias – para as usinas de cotas, com a postergação ou suspensão de pagamento, pelas distribuidoras, por prazo definido, da parcela relativa à GAG conforme a Nota Técnica nº 01/2020-GMSE/ANEEL. Esses fatos poderão trazer impactos significativos no caixa desta controlada.

Em relação às demais empresas geradoras do Grupo, os impactos financeiros não foram significativamente materializados, haja vista que os contratos bilaterais estão sendo cumpridos e não há expectativa, no curto prazo, de modificação do atual cenário.

1.3. SEGMENTO DE GERAÇÃO

1.3.1. Acordo GSF – Repactuação do Risco Hidrológico – Impacto Sobre as Investidas

A partir do exercício de 2014, o setor elétrico brasileiro enfrentou uma crise de caráter estrutural e regulatório que, agravada pela considerável redução dos níveis de armazenamento dos reservatórios, levou a um deficit de geração de energia, ocasionando exposições financeiras negativas aos geradores. Com isso foi imputado ao segmento uma conta bilionária oriunda da queda do Ajuste do Mecanismo de realocação de Energia – MRE, aliado aos elevados valores dos preços da energia no Mercado de Curto Prazo – MCP (Preço de Liquidação das Diferenças – PLD).

Os geradores reagiram recorrendo ao judiciário para a garantia de continuidade dos negócios a partir de ações judiciais protetivas aos efeitos negativos do ajuste ao MRE no mercado de curto prazo o que levou a um alto índice de inadimplência nas liquidações financeiras deste mercado, gerando insegurança e desestruturando o mercado "spot". O Regulador, na busca por uma solução, no final de 2015, propôs a "Repactuação do Risco Hidrológico" aos geradores, repassando aos consumidores o risco hidrológico a partir do pagamento de um prêmio de risco, compensações financeiras, extensão de concessões, tendo como contrapartida a desistência de ações judiciais.

A medida foi objeto de adesão por parte dos geradores com contratos negociados nos leilões do ambiente regulado, permanecendo os agentes atuantes no ambiente livre com ações judiciais vigentes, o que levou ao travamento das operações de liquidação do mercado de curto prazo. O Mercado de Curto Prazo permaneceu, em parte, judicializado e, como consequência, com elevado índice de inadimplência até os meses finais de 2020, com o represamento de aproximadamente R\$ 8 bilhões de recursos em aberto neste mercado garantidos judicialmente.

Em setembro de 2020, nos termos estabelecidos pela Lei nº 14.052/2020, iniciou-se a resolução deste imbróglio, por meio de processo de repactuação do risco hidrológico regulamentado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cabendo aos agentes detentores das ações protetivas ao GSF, o pagamento dos passivos relacionados à judicialização do risco hidrológico a partir da adesão à proposta que segue condicionada à assinatura de um termo, à desistência das ações judiciais e à renúncia de qualquer alegação de direito relativa à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Em contrapartida, os agentes que aderirem à nova repactuação do risco terão direito à extensão de suas concessões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Assim, os geradores deverão desistir do questionamento no judiciário e pagar os valores afastados pelas liminares, com o objetivo de terem seus custos com as operações no Mercado de curto prazo equacionados por meio de extensão da sua concessão, como calculado pela ANEEL.

A adesão dos geradores dará início ao pagamento dos R\$ 8,6 bilhões que voltarão ao mercado, sendo que já foi iniciada nos moldes da liquidação de dezembro de 2020 e janeiro de 2021, com a antecipação do pagamento de alguns geradores, já reduzindo a dívida ao montante aproximado de R\$ 6 bilhões.

As empresas do grupo, CEB Lajeado S.A., CEB Participações S.A., CEB Geração S.A., bem como Corumbá Concessões S.A., Energética Corumbá III e BSB Energética S.A. repactuaram o risco, ainda em 2015, e permanecem credoras no mercado de curto prazo. Com a adesão dos agentes à nova repactuação a inadimplência percebida na liquidação do mercado de curto prazo tende a se estabilizar nos níveis anteriores à crise de 2015, voltando a pagar aos credores os valores ajustados, como se espera em um mercado com o risco compartilhado.

As empresas geradoras controladas pela CEB permaneceram credoras por todo este período e, ainda, obtiveram ação protetiva para efeitos financeiros negativos do rateio da inadimplência do Mercado de Curto Prazo - MCP. Porém, o efeito financeiro dessa transação não é realizado na Companhia, apenas a realização do prêmio do seguro.

O déficit de geração das hidrelétricas permanece como um dos grandes desafios do setor, uma vez que a elevada judicialização, associada aos custos desse déficit foi somente solucionada no fim de 2020, com a sanção da Lei 14.052/2020.

Em relação a Lajeado, cerca de R\$ 8,05 bilhões em liminares relacionadas aos custos do GSF no mercado livre impediam a liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo e o recebimento do saldo positivo que a empresa possuía na CCEE.

1.3.2. Concessão – CEB Geração S.A.

Conforme apresentado pela CEB Geração S.A. em suas demonstrações financeiras, considerando o final da concessão da PCH Paranoá, que se deu em 29 de abril de 2020, a CEB Geração S.A. tem tomado todas as providências administrativas junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Ministério de Minas e Energia – MME para a prorrogação da referida concessão.

A Diretoria da ANEEL, por meio do Ofício nº 53/2020-DIR/ANEEL, de 16 de março de 2020, definiu a Receita Anual de Geração – RAG, apresentando a tarifa e o Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, da PCH Paranoá. Com essa nova realidade, a receita operacional líquida mensal da Companhia sofreu uma significativa redução, de aproximadamente 50%.

Em 24 de abril de 2020, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 190 do MME que designa a CEB Geração S.A., como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica denominada PCH Paranoá, até a assunção do concessionário vencedor da licitação.

Vale destacar que a CEB Geração S.A. protocolou na ANEEL, em 27 de abril de 2020, Ofício nº 8/2020 - CEB-G/DIR, refazendo o pedido de prorrogação da concessão da PCH Paranoá, com base no art. 1º da Lei 12.783/2013.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou no dia 02 de junho de 2020, em reunião pública de diretoria, o encaminhamento para o Ministério de Minas e Energia (MME) do pedido de prorrogação da outorga de concessão da Usina Hidrelétrica (UHE) Paranoá.

A CEB Geração S.A. aguarda a decisão do MME sobre o pedido de prorrogação da concessão.

1.3.3. Compra de ações da Corumbá Concessões S.A.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em sua 592ª Reunião Ordinária realizada em 30 de abril de 2020, a execução do direito de preferência na aquisição proporcional de 50% das Ações Ofertadas pertencentes a C&M no capital social da Corumbá Concessões S.A..

O custo de aquisição das ações foi de R\$ 1.288.843,05 (um milhão, duzentos e oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta e três reais e cinco centavos), representando um aumento de participação acionária na ordem de 0,38%, passando de 32,14% para 32,52%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os valores serão pagos da seguinte forma: (i) R\$ 893.587,55 (oitocentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) na data do exercício do direito de preferência; e (ii) 10 parcelas mensais de R\$ 39.525,55 (trinta e nove mil, quinhentos e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) sendo o vencimento da 1ª parcela na data da transferência das ações ofertadas, mediante a lavratura e assinatura dos livros da sociedade relativas à transferência das ações ofertadas.

Em 31 de dezembro de 2020 ainda possuía 3 parcelas para quitação da aquisição das ações.

A CEB Participações S.A., empresa do Grupo e acionista da Corumbá Concessões S.A., também acompanhou o direito de preferência, proporcionalmente ao seu investimento, e passou de 1,52% para 1,54% na participação acionária.

1.4. ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO DA CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

A Companhia Energética de Brasília - CEB, controladora integral da CEB DIS, por meio da 98ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 19 de junho de 2019, deliberou pela elaboração de estudos e modelagem para alienação do controle acionário da Distribuidora, mantendo sob a sua titularidade o mínimo de 49% da participação societária. Para tanto, foram adotadas todas as medidas cabíveis, em observância ao ordenamento jurídico e à decisão proferida pelo pleno do Supremo Tribunal Federal nas ADI 5.624 (MC-Ref), MC-ADI 5.846, MC-ADI 5.924 e MC-ADI 6.029.

Em agosto de 2019, a Controladora CEB e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES assinou contrato de estruturação de projeto para o processo de desestatização da CEB DIS. O Banco efetuou a coordenação do projeto de desestatização da Companhia durante todas as fases, que compreenderam estudos e modelagem econômico-financeira, consulta e audiência pública, realização do leilão e assinatura do contrato entre o setor público e o parceiro privado.

Ainda em 2019, o BNDES realizou processo licitatório, por meio de pregão eletrônico público, para a contratação de consultores, responsáveis pela realização dos estudos de modelagens e propostas de avaliação da Distribuidora.

O modelo utilizado pelo BNDES advém das regras contidas no Programa Nacional de Desestatização (PND), o qual pressupõe 02 (dois) serviços. O serviço "A", que é um serviço exclusivamente de avaliação, e o serviço "B", que é composto pela avaliação e mais as diligências técnicas, econômicas e jurídicas (*due diligence*) que avaliam a empresa sob a ótica de seus ativos regulatórios, fluxo de caixa, passivos, riscos regulatórios e jurídicos.

O processo seletivo conduzido pelo BNDES foi dividido em dois itens e contou com a participação de 12 empresas, entre consultorias nacionais e multinacionais. Ao final do certame, sagraram-se vencedores: a) para os serviços "A", o Consórcio BR/LMDM Power, formado pelas empresas BR Partners Assessoria Financeira LTDA e LMDM Consultoria LTDA; e b) para o serviço "B", o Consórcio Nova CEB, liderado pelo Banco Plural S.A. e composto pela Sociedade de advogados Almeida, Rotemberg e Boscoli (Demarest Advogados), e a consultoria Thymos Energia, Engenharia e Consultoria LTDA.

O início dos trabalhos se deu em janeiro de 2020 e a apresentação dos resultados à Controladora CEB estava prevista para o final de maio de 2020, porém, por ocasião da pandemia, o trabalho, e por consequência, a entrega do relatório final atrasou.

Em 11 de agosto de 2020, foi comunicada a abertura da Sala de Informações/Data room.

Em 13 de outubro de 2020, foi aprovada, na 103ª AGE, a venda de 100% da participação acionária da CEB DIS.

Em 14 de outubro de 2020, ocorreu a audiência pública sobre a alienação da CEB DIS.

No dia 06 de novembro de 2020, foi lançado o edital de licitação para alienação da CEB DIS.

No dia 13 de novembro de 2020, foi publicada a alteração do cronograma de eventos constante no edital de alienação na CEB DIS.

Em 04 de dezembro de 2020, foi realizado o leilão, pela Brasil, Bolsa e Balcão - B3, com participação das empresas credenciadas. Se sagrou vencedora do certame a Bahia Geração de Energia S.A. com o lance de R\$ 2.515.000.

Foi publicado o Comunicado Relevante nº 6, publicado no DODF nº242, em 24 de dezembro de 2020 e o Comunicado

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Relevante nº 7, que trataram do resultado definitivo, homologação e adjudicação do Leilão nº01/2020 – CEB D, com adjudicação do seu objeto à empresa Bahia Geração de Energia S.A., do grupo Neoenergia, mediante apresentação de proposta econômica no valor de R\$ 2.515.000.

Em 14 de janeiro de 2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE efetuou a aprovação prévia para operação de transferência de controle acionário, por meio do parecer nº 9/2020/CGAA5/SGA1/SG.

Em 22 de janeiro de 2021 a ANEEL deferiu o pedido de anuência prévia para operação de transferência de controle acionário.

A liquidação do referido Leilão ocorreu no dia 02 de março de 2021, antecipando ao previsto no Cronograma de Eventos, Capítulo VII do Edital do Leilão, sendo efetivada a transferência do controle acionário da CEB DIS a Bahia Geração de Energia S.A..

A CEB DIS, nestas informações financeiras e respectivas notas explicativas, está sendo apresentada como operação descontinuada, conforme previsto no Pronunciamento Técnico nº CPC 31.

1.5. BLOQUEIO JUDICIAL SOBRE OS DIVIDENDOS

A Companhia, em virtude do Processo de Execução Fiscal nº 30918-50.2013.4.01.3400, que tramita na 18ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, recebeu Mandado de Penhora determinando o bloqueio da quantia de R\$ 5.817 (cinco milhões, oitocentos e dezessete mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte centavos), que estaria destinada ao pagamento dos dividendos aos acionistas, conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária da CEB, realizada em 30 de abril de 2019.

De acordo com a decisão, a Assembleia Geral Ordinária da CEB, que deliberou pela distribuição de dividendos, está em desacordo com o disposto no art. 32 da Lei nº 4.357/1964, segundo o qual as pessoas jurídicas em débito fiscal com a União não poderão distribuir quaisquer bonificações a seus acionistas, tampouco dar ou atribuir participação de lucros a seus sócios quotistas, seus diretores e demais membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos.

A CEB opôs embargos de declaração em face da decisão que rejeitou a exceção de pré-executividade e determinou a penhora da quantia destinada pela embargante à distribuição de dividendos. Ocorre que, em 26 de junho de 2019, foi proferida nos autos da ação declaratória decisão indeferindo a tutela de urgência ali requerida fato que esvazia os presentes embargos de declaração. Foi julgado em 08 de julho de 2019, prejudicado o pleito formulado nos embargos de declaração.

Ocorre que o art. 32 da Lei nº 4.357/64, foi vetado ainda no ano de 1964, suprimindo a expressão “dividendos” da referida Lei, sob o argumento de que seria incompatível com a legislação societária ao informar a obrigatoriedade de pagamentos de dividendos aos acionistas, além do mais a ingerência do fisco em assuntos de economia interna das empresas deve ficar adstrita a causas excepcionais.

A par dos estudos profícuos, a área jurídica da Companhia já peticionou ao Juiz Federal da Vara de Execuções Fiscais requerendo a liberação do recurso financeiro penhorado, estando o processo concluso para decisão.

1.6. ASSINATURA DE CONTRATO DE CONCESSÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Em 17 de junho de 2020, o decreto Nº 40.898 emitido pelo Governo do Distrito Federal, regulamentou a outorga à Companhia Energética de Brasília da concessão da prestação do serviço de iluminação pública no Distrito Federal.

A prestação do serviço de iluminação pública, objeto da concessão, abrange as atividades de planejamento, investimento e gestão da implantação, instalação, recuperação, modernização, melhoramento, eficientização, expansão, operação e manutenção dos ativos que integram o sistema de iluminação pública no território do Distrito Federal.

Em 20 de julho de 2020, o contrato de Concessão Administrativa dos Serviços de Iluminação Pública no Distrito Federal foi celebrado entre as partes e terá prazo de vigência de 30 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As partes agora estão em fase de transição operacional, a fim de viabilizarem as modificações necessárias. A expectativa é que se tenha o início da operação no exercício de 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, além das próprias normas expedidas CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas são apresentadas em milhares de reais (R\$) e com base no custo histórico, com exceção dos assuntos descritos no item 4.4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas para fins da gestão administrativa.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2021.

2.1.1. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e também conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das empresas controladas pela Companhia, elaboradas até 31 de dezembro de cada exercício.

A CEB DIS, apesar de ser uma empresa controlada da CEB e ainda fazer parte do grupo econômico no encerramento do exercício de 2020, desde setembro de 2020 passou a ser classificada como "operação descontinuada", como requerido pelo CPC 31 e conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.

2.1.2. Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e estão em linha com as normas internacionais de contabilidade (IFRS). Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas, para chegar ao resultado e ao patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.1.3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseada na experiência histórica e em outros fatores

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

2.1.3.1. Estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa

A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos, sendo os saldos demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a classificação do título que as originaram.

O critério utilizado pelo Grupo para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração como adequado para estimar as perdas com créditos decorrentes de fornecimento de energia.

Para o Grupo foi definido o modelo de perdas ao valor recuperável, através de critérios estabelecidos para cada classe de consumo, conforme definido no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, bem com o incremento do risco de recebimento das faturas adjacentes aos clientes que possuem um histórico de inadimplimento.

2.1.3.2. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o registro contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que corresponde ao maior montante entre o “valor justo menos custos de venda” e o “valor em uso”. O cálculo é baseado em informações disponíveis de “transações de venda de ativos similares” ou “preços de mercado menos custos adicionais” para descartar o ativo, e utiliza o modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento até o final da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto do teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

2.1.3.3. Provisões

2.1.3.3.1. Provisões para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e regulatórios

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia ou suas controladas e coligadas possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e regulatórios são constituídas para todos os processos com os quais seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada. A avaliação da probabilidade de perda, por parte dos consultores legais da Companhia e de suas controladas e coligadas, inclui a avaliação das evidências disponíveis; a hierarquia das leis; as jurisprudências; as decisões mais recentes nos tribunais; e a sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos.

As provisões são revisadas e ajustadas para considerar alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Grupo revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 19.

2.1.3.4. Benefícios a empregados

2.1.3.4.1. Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago aos planos de bonificação, em espécie ou em participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia ou suas controladas e coligadas têm uma obrigação, em função de serviço prestado pelo empregado, que possa ser estimada de maneira confiável.

2.1.3.4.2. Benefícios pós-emprego

A Companhia e suas controladas ("Patrocinadoras"), patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. As patrocinadoras concedem, também, determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego para seus empregados e respectivos beneficiários – Plano Assistencial (Nota Explicativa nº 21.3).

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, com base em avaliação atuarial externa realizada anualmente no final de cada exercício. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida etc. Essas premissas e projeções são revisadas em bases trimestrais ao final de cada período.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas auferidos na avaliação atuarial dos benefícios gerados por alterações nas premissas, compromissos atuariais sobre o passivo atuarial são contabilizados no patrimônio líquido em conta denominada "ajustes de avaliação patrimonial" (resultado abrangente), conforme requerido pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Esses ganhos ou perdas são reconhecidos ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam do plano.

O ativo ou o passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos públicos de longo prazo), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos; e valor justo dos ativos do plano que será usado para liquidar as obrigações correspondente a participação da Companhia.

Os ativos do plano de benefício complementar são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar (Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB). Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores das Patrocinadoras e não podem ser pagos diretamente às Patrocinadoras. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

2.1.3.5. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 4.4).

2.1.3.6. Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme orientação e definição do órgão regulador. Os terrenos não são depreciados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/2012-ANEEL. As novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/2009.

Na Investco S.A., as taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas para a depreciação dos seus ativos imobilizados. O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, conforme estabelecido em contrato firmado entre a Geradora e a União. Ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Geradora pelos ativos ainda não totalmente depreciados. A Administração entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas, bem como analisados os seus impactos, se existentes.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 12).

2.1.3.7. Amortização de ativos intangíveis

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado (Nota Explicativa nº 13).

2.2. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTABILIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS SOCIETÁRIOS

2.2.1. Controladas

2.2.1.1. CEB Geração S.A.

A CEB Geração S.A., cuja criação foi autorizada pela Lei Distrital nº. 2.648, de 26 de dezembro de 2000, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB, regida pela Lei nº 6.404/76.

Em 12 de janeiro de 2006 foi formalizada a desverticalização da CEB e, sob as disposições da Resolução Autorizativa ANEEL n.º 318, de 14 de setembro de 2005, foi dada autonomia e independência à CEB Geração S.A.. A Companhia tem por objeto a geração e a comercialização de energia.

Em 27 de dezembro de 2016 foi celebrado o Contrato de Concessão nº 001/2016 – ANEEL, cujo objeto é regular a exploração, pela Concessionária, da PCH Paranoá, com termo final da concessão em 29 de abril de 2020. Com o vencimento do Contrato de Concessão da PCH Paranoá, a Companhia passou a ter sua receita definida por meio de tarifa (Receita Anual de Geração – RAG), homologada pela ANEEL, pela disponibilização, em regime de COTAS, da garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica no mercado.

Conforme determinado na Portaria nº 190 do MME, a partir do dia 30 de abril de 2020, a CEB Geração S.A. foi designada como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica denominada PCH Paranoá.

Alienação Terreno

Em 28 de setembro de 2018, foi homologada a licitação de alienação do terreno do Trecho 6 do SIA – Setor de Indústria e Abastecimento, pelo valor de R\$ 76,1 milhões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Para tanto, foram necessárias ações junto ao Ministério de Minas e Energia – MME e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL no sentido de propiciar livre disponibilização de bem antes destinado à geração de energia, bem assim alteração legal na destinação do lote (LC nº 939/18).

O valor de venda, menos impostos e outras deduções legais, foi integralmente transferido para a Controladora da CEB Geração S.A. a título de pagamento e baixa da obrigação de dividendos referente ao exercício de 2018, conforme contrato de cessão de crédito assinado em 14 de junho de 2019.

Nesses termos, cumpriu-se o objetivo inicial da alienação, conforme exposição de motivos do projeto que deu origem à LC 939/18, qual seja, o de gerar recursos para serem aplicados na CEB DIS.

O efetivo adimplemento da alienação dependeu da retirada da Subestação-08, de responsabilidade da CEB DIS.

A CEB DIS efetuou a retirada da subestação instalada no terreno, e no dia 21 de dezembro de 2020, efetuou a entrega do terreno ao adquirente, concretizando a obrigação da entrega.

Vale destacar que, como houve atraso na entrega, foi solicitado pelo adquirente o estorno dos juros e correção monetária desde a data prevista até a efetiva data de entrega, conforme previsto na licitação.

2.2.1.2. CEB Participações S.A.

A CEB Participações S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral da CEB, que atua na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritária ou minoritariamente.

A sociedade atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG/CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica.

Complementarmente, a Companhia detém a participação acionária correspondente a 1,54% do capital da Corumbá Concessões S.A. (Nota Explicativa nº 1.3.3).

2.2.1.3. CEB Lajeado S.A.

A CEB Lajeado S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 59,93% do total das ações, representada por ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás detém 40,07% do total das ações, representada por ações preferenciais.

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante da Investco S.A.. Sobre este capital, a CEB Lajeado S.A. detém 20% de participação. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997, com término previsto para 15 de dezembro de 2032.

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado”, cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/1997 e respectivos aditivos.

O cálculo da equivalência patrimonial sobre o resultado do exercício da CEB Lajeado S.A. é realizado aplicando o percentual de 55,923% sobre o resultado obtido no exercício. Este percentual é fruto do acordo de acionistas, que garantiu à Eletrobras rendimentos equivalentes a 49,67% do resultado de cada exercício. O percentual de 49,67% inclui o percentual de participação societária de 44,077% e 10% de partes beneficiárias.

2.2.1.4. Companhia Brasiliense de Gás

A Companhia Brasiliense de Gás é uma sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2001, com autorização da Lei Distrital nº 2.518, de 10 de janeiro de 2000. Tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado, de produção própria ou de terceiros, podendo inclusive importar, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal. A Companhia poderá ainda:

- Efetuar a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte;
- Exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros; e
- Constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, visando o êxito na realização de suas atividades.

A concessão da exploração tem prazo de vigência até 9 de janeiro de 2030, podendo ser prorrogada por mais 30 anos.

Para que sua operação seja similar à de outras empresas Distribuidoras de Gás Canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal, por meio de um gasoduto de transporte de gás natural.

A Companhia Energética de Brasília – CEB é controladora da Companhia Brasiliense de Gás com 51% das ações ordinárias e 17% do total das ações.

2.2.1.5. CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.

A CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. (“CEB IPES”), cuja criação foi autorizada pela Assembleia Geral de Constituição, é uma sociedade por ações constituída como subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB, regida pela Lei nº 6.404/1976 e pelo seu Estatuto, sob o CNPJ nº 30.683.726/0001-01. Com sede localizada no SIA – Área de Serviços Públicos – Lote C, S/N, Bloco E, Sala 1, Brasília, Distrito Federal.

A atividade da CEB IPES será, primariamente, prestar serviços de elaboração de estudos, projetos de engenharia, execução de obras de implantação, ampliação, reforma ou manutenção de redes de transmissão e distribuição de energia elétrica aéreas e subterrâneas, sistemas de iluminação pública, instalações elétricas prediais, e atuar nas demais atividades correlatas à prestação de geração, distribuição, transmissão de energia elétrica e iluminação pública.

Até a emissão destas demonstrações financeiras, a CEB IPES ainda se mantinha em fase pré-operacional.

2.2.2. Coligadas

2.2.2.1. Energética Corumbá III S.A.

A Energética Corumbá III S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente. A CEB detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25% das ações ordinárias e 50% das ações preferenciais.

Seu Contrato de Concessão é o de nº 126/2001 e possui vencimento em 14 de fevereiro de 2037, e tem por objeto principal a exploração de geração de energia elétrica da Usina de Corumbá III. O início da sua operação comercial foi em outubro de 2009.

A energia gerada é contratada na sua totalidade pela CEB Distribuição S.A. com reajustes anuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.2.2. Corumbá Concessões S.A.

A Corumbá Concessões S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 6 de setembro de 2000, detentora do contrato de concessão nº 93/2000 com vencimento em 12 de março de 2036, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente. A participação do Grupo no capital social da Empresa é de 34,06%, sendo 32,52% de propriedade da CEB e 1,54% da CEB Participações S.A..

a) Ação de Cobrança Proposta pela Saneamento de Goiás S.A. – Saneago

A empresa Saneamento de Goiás S.A. – Saneago ajuizou ação de cobrança contra a Corumbá Concessões S.A., embasada no argumento de que ocorreu a inundação de uma obra de captação de água bruta, de sua propriedade, no rio Corumbá, em decorrência da formação do lago para produção de energia hidrelétrica, de responsabilidade da Corumbá Concessões S.A., restando à autora da ação judicial, o prejuízo de R\$ 24.021, orçado em outubro de 2006.

A Corumbá Concessões S.A., por sua vez, alegou que tinha conhecimento da interferência das obras que seriam feitas sobre a construção da estação de captação de água já iniciada pela Saneago, e que desde a assinatura do Termo de Compromisso, cumpriu com as obrigações referentes à primeira fase da obra, tendo sido impedida de dar prosseguimento à segunda etapa da construção, por fatos alheios à sua vontade, por parte da resistência apresentada pelos proprietários dos imóveis situados nas proximidades da área e a fiscalização do Ibama no Distrito Federal (DF).

Posteriormente, houve a emissão da sentença que julgou parcialmente procedente o pedido da Corumbá Concessões S.A., pela não aplicação da multa por atraso na execução da obra, eis que as resistências criadas constituíram situações não gerenciáveis pela empresa, que a impediram de cumprir as obrigações. Tal situação exclui, portanto, sua responsabilidade pela mora, não sendo cabível a condenação ao pagamento da multa contratual. Entretanto, o Juiz entendeu ser necessário, em procedimento de liquidação de sentença, se apurar a quantia devida, o que requer o auxílio de um perito para estimar o valor da obra inundada.

Após recursos de ambas as partes no curso da ação de cobrança, em 12 de maio de 2015, foi proposta pela Saneago ação de liquidação provisória de sentença, que apurará o valor real dos prejuízos materiais sofridos pela empresa. A perícia de liquidação não foi iniciada e o valor original da causa foi atualizado para R\$ 45.947. Em 31 de outubro de 2018 foi proferida decisão acolhendo o pedido de intervenção do Estado de Goiás na lide. Em 29 de novembro de 2018 determinada a intimação do Estado de Goiás para apresentar nos autos documentos e informações que julgar importantes ao deslinde da causa. A perícia de liquidação permanece suspensa.

No decorrer do exercício de 2020, foi retirado do passivo contingente da Corumbá Concessões S.A. a provisão de R\$ 45.947 referente à liquidação de sentença do caso SANEAGO, alusivos à indenização de uma estação inacabada de captação de água bruta no Rio Corumbá (EEAB) que foi submersa pelo enchimento do lago de UHE Corumbá IV, no município de Luziânia-GO, cujo valor a indenizar deveria ser apurado por perícia judicial. Durante a fase pericial a SANEAGO produziu extenso laudo técnico alternativo apontando o valor a indenizar atualizado de R\$ 81.796, o qual foi veementemente impugnado por aquela Companhia através do trabalho produzido por sua assistência técnica de engenharia civil e advogados. Após a reversão da provisão, foi constituído passivo de R\$ 15.740 ainda no exercício de 2020.

Ao final, na data de 29 de outubro de 2020, após audiência de esclarecimentos pelo perito e de oitiva das partes, o juiz homologou a perícia judicial, na ordem de R\$ 13.659, que em 31 de dezembro de 2020, atualizado, representava o montante de R\$ 15.740, o qual tem por referência os cálculos, índices e parâmetros utilizados no laudo pericial datado de 21 de setembro de 2019, reduzindo consideravelmente o valor anteriormente provisionado e afastando definitivamente os parâmetros utilizados no cálculo da SANEAGO.

b) Procedimento Arbitral

No período de julho de 2005 a abril de 2008, a Serveng Civilsan S.A. (“Serveng”) aportou na Corumbá Concessões S.A. o montante de R\$ 38.195, enquanto a CEB destinou R\$ 3.232, para suprir desequilíbrio de caixa daquela geradora.

Entretanto tais aportes, inicialmente, foram contabilizados no Patrimônio Líquido e, posteriormente, migraram para conta de passivo. Restou a indefinição se os montantes estariam caracterizados como Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital ou como mútuos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Diante do cenário de discordância, em agosto de 2017, a Controladora da Corumbá Concessões S.A., a Serveng Civilsan S.A. requereu ao Centro de Arbitragem e Medição da Câmara de Comércio Brasil-Canadá – CAM-CCBC, o reconhecimento de dívida (mútuo), com correção dos respectivos valores. O resultado do procedimento de arbitragem em curso envolvendo a Serveng Civilsan S.A. e a Corumbá Concessões S.A. poderiam impactar os resultados econômico-financeiros do negócio, bem como afetar as participações acionárias da CEB e da CEB Participações S.A. no empreendimento.

Em 17 de agosto de 2017, a Corumbá apresentou resposta ao requerimento de arbitragem.

Em 28 de agosto de 2017, o CAM-CCBC intimou as partes para indicarem os seus respectivos árbitros.

Em 08 de janeiro de 2018 a indicação dos árbitros foi confirmada e constituído o Tribunal Arbitral.

Em 05 de fevereiro de 2018 as partes assinaram o Termo de Arbitragem.

Em 19 de março de 2018, a Serveng apresentou suas alegações iniciais, na qual solicita o ajuste do valor da arbitragem para R\$165.084, considerando o pleito de correção monetária e juros, sustentado pela tese de que ao tempo e modo os acionistas não converteram os AFACs em aumento do capital social, portanto, caracterizando-se os adiantamentos de recursos financeiros em operações de mútuo, passivas de remuneração.

A Corumbá apresentou resposta às alegações iniciais da Serveng em 23 de abril de 2018, sustentando que os AFACs não teriam sido convertidos em ações por mera inércia da Serveng em exigí-los. A Serveng apresentou sua réplica em 28 de maio de 2018. A tréplica da Companhia foi apresentada em 10 de julho de 2018.

Ambas as partes pugnaram por produção de prova testemunhal, cuja audiência realizou-se nas datas de 29 e 30 de outubro de 2018 na sede da CAM-CCBC em São Paulo.

Após a audiência, a Serveng apresentou nova documentação e parecer complementar perante a Câmara de Arbitragem. A Corumbá teve prazo até 30 de janeiro de 2019 para se manifestar sobre os últimos documentos apresentados pela Serveng e paralelamente contratou parecer de especialista, Prof. Eduardo Munhoz, para corroborar a defesa apresentada pelos advogados da Corumbá Concessões S.A..

Destaca-se, contudo, que a Serveng apresentou fortes argumentações e parecer de especialista renomado, Prof. Tavares Guerreiro, sobre o direito à correção monetária e aos juros legais sobre os valores aportados pela Serveng na Companhia e respectivos ajustes nas demonstrações financeiras da Corumbá. Dito parecer e documentos apresentados pela Serveng, assim como os da Corumbá, se encontravam em apreciação pelo Tribunal Arbitral.

Em 15 de fevereiro de 2019, os advogados da Corumbá apresentaram prognóstico de risco da arbitragem como perda possível. Apresentadas as alegações finais das partes em 12 de abril de 2019. Em 10 de junho foi emitida ordem processual pelo Tribunal Arbitral prorrogando o prazo para a prolação da sentença arbitral para a data de 15 de agosto de 2019.

Em 1º de agosto de 2019 foi proferida Sentença Arbitral nº 74/2017 que condenou a Corumbá a restituir à acionista Serveng o valor de R\$ 38.195 corrigido monetariamente pelo IGP-M desde a data de cada aporte até a data de pagamento, acrescido de juros de mora de 1% a.m. simples desde 28 de julho de 2017 (data da instauração da arbitragem). O pagamento foi estipulado no prazo de 30 dias.

Em 21 de agosto de 2019, a Serveng apresentou recurso na expectativa de majorar a condenação. Em 30 de setembro de 2019 o Tribunal Arbitral se pronuncia pela improcedência do recurso da Serveng, mantendo inalterada a sentença.

Após a decisão, a Corumbá Concessões S.A. registrou a dívida atualizada, que no mês de novembro se aproximava dos R\$ 100 milhões e, por não possuir caixa para honrar esse compromisso, convocou os acionistas para solucionarem a questão.

A decisão foi tomada em Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia realizada em 20 de dezembro de 2019, com o seguinte desfecho:

Foi deliberado pelos acionistas na AGE que o pagamento da dívida de Corumbá Concessões S.A. para a SERVENG seria liquidado mediante aumento do capital social da Corumbá Concessões S.A., com a conversão dos créditos de AFAC's da Serveng-Civilsan S.A. em ações da Corumbá Concessões. Foi deliberado também que os AFAC's da CEB seriam

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

atualizados com os mesmos critérios dos AFAC's feito pela Serveng. Os valores de AFAC's da Serveng e da CEB resultaram em R\$ 99.593 e R\$ 8.903, respectivamente. Os valores foram calculados pela Corumbá Concessões S.A. e validados por empresa especializada contratada.

Para a Serveng foram emitidas ações da classe preferenciais, que, por consequência, teve sua participação acionária aumentada de 22,93% para 47,26% no Capital Social.

A CEB teve sua participação acionária reduzida de 45,21% para 32,14% no Capital Social, a qual incorporou novas ações ordinárias, passando de 21,65% para 26,79%. Já em relação as ações preferenciais, foi diluída, passando de 63,04% para 34,81%.

A Serveng continua controladora da Corumbá Concessões S.A..

2.2.3. Participação Indireta

2.2.3.1. Investco S.A.

A Investco S.A. é uma empresa de capital aberto que tem como objeto social a elaboração de estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado. A CEB detém através de sua controlada CEB Lajeado S.A. uma participação direta no capital social total da Investco S.A. de 16,98%. Deste total, 20,0% são representados por ações ordinárias; 20,0% de ações preferenciais classe R; 6,02% de ações preferenciais classe A; e 20% de ações preferenciais classe B.

A Investco S.A., juntamente com as sociedades empreendedoras, é parte do consórcio denominado "Consórcio Lajeado" cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/1997 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

2.2.4. Ligada

2.2.4.1. BSB Energética S.A.

A BSB Energética S.A. é uma sociedade por ações, constituída em 31 de março de 2000, para explorar a geração de energia elétrica no segmento de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, com potência global máxima instalada de 200 MW e, estatutariamente, está autorizada a participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista. A CEB detém participação acionária de 9,0% do capital social da BSB Energética S.A..

2.2.5. Concessões

A CEB, suas controladas e controlada em conjunto, são detentoras das seguintes concessões:

Investidas	Localização	Data do Ato	Data de Vencimento
Geração			
CEB Participações S.A.	Brasília – DF	26/01/2000	18/12/2032
Energética Corumbá III S.A.	Brasília – DF	07/11/2001	07/11/2036
CEB Lajeado S.A.	Brasília – DF	31/12/1999	15/12/2032
CEB Geração S.A.	Brasília – DF	(*)	(*)
Outros			
Companhia Brasiliense de Gás	Brasília – DF	23/03/2001	09/01/2030
Iluminação Pública			
Companhia Energética de Brasília	Brasília – DF	20/07/2020	19/07/2050

(*) Concessão da CEB Geração S.A. Nota Explicativa 1.3.2.

2.2.6. Participação de acionistas não-controladores

É registrado como transações entre acionistas. Consequentemente, nenhum ágio ou deságio é reconhecido como resultado de tais transações.

2.2.7. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas, registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.3. CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

2.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e incluem saldos de caixa, de depósitos bancários em contas-correntes e de aplicações financeiras resgatáveis sem custo no prazo máximo de 90 dias da data da contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais (Nota Explicativa nº 5).

2.5. ATIVOS FINANCEIROS

2.5.1. Classificação

Com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48, o Grupo alterou a classificação dos seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, eliminando as categorias de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para a venda. A classificação dependerá do modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, e as características contratuais dos fluxos de caixa.

2.5.1.1. Ativos Financeiros registrados pelo custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado pelo custo amortizado quando a entidade possui como modelo de negócios, manter seus ativos financeiros até o vencimento. Entende-se como modelo de negócios a forma como a entidade gerencia seus ativos financeiros para geração de fluxos de caixa. Nesta categoria foram consideradas Caixa e Bancos (Nota Explicativa nº 5); Contas a Receber (Nota Explicativa nº 6); e Aplicações Financeiras de curto prazo (Nota Explicativa nº 5).

2.5.2. Reconhecimento e mensuração

O Grupo reconhece todos os ativos financeiros, em sua mensuração inicial, pelo seu valor justo mais os custos incorridos para a sua obtenção ou emissão. Posteriormente, cada instrumento financeiro é classificado pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio de outros resultados.

Para os ativos financeiros registrados pelo custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas, nos casos em que há aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

A Companhia definiu o modelo de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, substancialmente àqueles referentes ao Contas a Receber, utilizando uma matriz de provisões e um critério para cada classe de consumo, realizando o arrasto para os clientes que estiverem dentro do critério estabelecido, vinculado ao corte de energia, haja vista o potencial de recebimento das faturas.

2.5.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

2.5.3.1. Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Há evidência objetiva de *impairment* se, após o reconhecimento inicial dos ativos, for constatada perda apurada por meio de fluxos de caixa futuros, estimada de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- O Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - ✓ Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - ✓ Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante de perda por *impairment* quando incorrido é registrado no resultado e, se num período subsequente, o valor dessa perda diminuir, em função de um evento que ocorreu após a deterioração anteriormente reconhecida, tal perda deverá ser revertida na demonstração do resultado.

2.6. CONTAS A RECEBER

O Grupo classifica os valores a receber de clientes, dos revendedores, dos concessionários e dos permissionários na rubrica contas a receber. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e estão apresentados pelo valor presente e são deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação por meio da constituição de estimativa de perda com crédito de liquidação duvidosa.

Os saldos de contas a receber de consumidores, revendedores, concessionários e permissionários incluem valores faturados e não faturados referentes a prestação de serviços de manutenção e obras de Iluminação pública; incluem ainda o uso do sistema de distribuição por clientes livres, bem como o saldo de energia vendida no mercado de curto prazo comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota Explicativa nº 6).

2.6.1. Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa

A Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos, sendo os saldos demonstrados no Ativo Circulante ou Não Circulante, de acordo com a classificação do título que as originaram.

2.7. ESTOQUES

Representam os materiais e os equipamentos em estoque (almoxarifado de manutenção e administrativo), classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos (material em depósito), classificados no ativo não circulante – imobilizado, que estão registrados pelo custo médio de aquisição. Quando exceder os custos de reposição ou valores de realização, são deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.8. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para a venda, se o seu valor contábil for recuperável por meio de transação de alienação. Neste caso, deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos procedimentos habituais para operações desta natureza. Além disso, sua venda deve ser altamente provável.

A Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e iniciar um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. O ativo mantido para alienação deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Espera-se, ainda, que a operação de desmobilização do ativo seja concluída em até um ano a partir da data da classificação.

O grupo de ativos mantidos para a venda é mensurado pelo menor valor entre seu “valor contábil” e o “valor justo menos as despesas de venda”. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma perda por impairment é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

A depreciação dos ativos mantidos para negociação cessa quando um grupo de ativos é designado como mantido para a venda.

2.9. ATIVO IMOBILIZADO

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo Grupo inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar de forma adequada; e
- Custos de empréstimos e financiamento sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

A depreciação e amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

As principais taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 12.

2.10. INTANGÍVEL

2.10.1. Direito de exploração da concessão

Refere-se ao direito da concessão pelo uso de bem público para exploração de aproveitamento hidroelétrico. É constituído pelo valor de aquisição do direito relacionado com o uso do bem público até o final do prazo de concessão e amortizado pelo prazo de concessão (Nota Explicativa nº 13).

2.10.2. Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente (Nota Explicativa nº 13).

2.11. PERDA POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS (IMPAIRMENT)

A Administração avalia, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Não foram identificadas tais circunstâncias que levasse o Grupo a avaliar a necessidade de constituição de provisão para perda sobre o valor dos ativos não financeiros.

2.12. PASSIVOS FINANCEIROS

O Grupo reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 16); obrigações societárias (Nota Explicativa nº 17); e demais obrigações (Nota Explicativa nº 20).

2.13. FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 16).

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas a serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

2.16. OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA NA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia elétrica estão reconhecidos pelo regime de competência, com base em informações divulgadas pela CCEE, responsável pela apuração dos valores e quantidades de compras e vendas realizadas no âmbito desta entidade, ou por estimativa da Administração, quando essas informações não estão disponíveis.

2.17. DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS

Os outros ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

2.18. CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.18.1. Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários, quando aplicável.

2.18.2. Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

2.19. RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita é reconhecida por meio de contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma.

A partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 47 foi adotado pela Companhia, todos os ativos estão registrados conforme a respectiva prática.

O reconhecimento da receita se dá quando ou à medida que a entidade satisfizer uma obrigação de performance ao transferir o bem ou serviço ao cliente, sendo que por obrigação de performance entende-se como uma promessa executória em um contrato com um cliente para a transferência de um bem/serviço ou uma série de bens ou serviços.

A transferência é considerada efetuada quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

2.19.1. Receita de prestação de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.20. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras referem-se, principalmente, à receita de aplicação financeira; e acréscimos moratórios em contas de energia elétrica. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia ou suas controladas e coligadas em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem encargos e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

2.21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, os elementos patrimoniais e de resultado da CEB (Nota Explicativa nº 27).

2.22. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

São classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda.

Para a Companhia, a condição para a classificação como mantido para venda somente é alcançada quando a alienação é aprovada por todos os órgãos da administração, o ativo estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais e existir a expectativa de que a venda ocorra em até 12 meses após a classificação como disponível para venda. Contudo, nos casos em que comprovadamente o não cumprimento do prazo de até 12 meses for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da Companhia e se ainda houver evidências suficientes da alienação, a classificação pode ser mantida.

Ativos mantidos para venda e passivos associados são mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda e são apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.

Quando uma transação refletir a venda de um componente da Companhia que represente uma importante linha separada de negócios, a mesma é considerada uma operação descontinuada, sendo seus resultados e fluxos de caixa apresentados de forma segregada a partir da classificação dos respectivos ativos e passivos como mantidos para venda.

3. REAPRESENTAÇÃO DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES E EFEITOS DA OPERAÇÃO DESCONTINUADA

Reapresentação dos Saldos de Exercícios Anteriores

Na apresentação das Demonstrações Financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foram efetuados ajustes visando apresentar, as alterações realizadas pela CEB Distribuição S.A..

Foram efetuados ajustes visando apresentar, retrospectivamente, os efeitos das mudanças apresentadas abaixo:

Créditos de PIS/COFINS sobre insumos (bens e/ou serviços) adquiridos de terceiros

A CEB DIS realizou o reconhecimento contábil, dos créditos de PIS e COFINS sobre bens e serviços utilizados como insumos na prestação de serviços advindos de dispêndios em exercícios anteriores e corrente, ligados diretamente ao negócio da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Serviços correntes e juros líquidos advindos de obrigações atuariais

A Companhia reconheceu os valores dos serviços correntes e juros líquidos apresentados nos Laudos Atuariais de 2016 a 2020, seguindo legislação pertinente, que é o item 57, alínea “c”, incisos “i” a “iii”, do CPC 33 (R1), que determina a contabilização dos planos de benefício definido a serem reconhecidos em Resultado, como segue:

“57. A contabilização de planos de benefício definido pela entidade envolve os seguintes passos:

(...)

(c) determinar os valores a serem reconhecidos em resultado:

(i) custo do serviço corrente (ver itens 70 a 74 e 122A); (Alterado pela Revisão CPC 13)

(ii) qualquer custo do serviço passado e ganho ou perda na liquidação (vide itens 99 a 112);

(iii) juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido (vide itens 123 a 126);

(...)”

Conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, essas alterações de erros requerem a aplicação retrospectiva, ajustando os períodos anteriores apresentados para fins de comparação com o período atual, como se estivessem corretos a partir do início do período mais antigo apresentado.

Seguem demonstrativos contendo os montantes reapresentados para cada item das demonstrações contábeis afetada em períodos anteriores:

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.1. BALANÇO PATRIMONIAL

3.1.1. Ativo

	Controladora					Consolidado									
Ativo	31/12/2019	Ajuste Investimento - Reapresentação	31/12/2019	01/01/2019	Ajuste Investimento - Reapresentação	01/01/2019	31/12/2019	Crédito PIS/COFINS sobre insumos	Serviços Corrente e Juros Líquidos	31/12/2019	01/01/2019	Crédito PIS/COFINS sobre insumos	Serviços Corrente e Juros Líquidos	01/01/2019	
	Reapresentado			Reapresentado			Reapresentado			Reapresentado			Reapresentado		
Circulante															
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.713		12.713	12.784		12.784	465.338			465.338	179.699			179.699	
Contas a Receber	18.526		18.526	26.994		26.994	608.867			608.867	622.655			622.655	
Depósitos e Bloqueios Judiciais	111		111	111		111	121			121	2.552			2.552	
Estoques	705		705	595		595	10.322			10.322	8.437			8.437	
Tributos e Contribuições Compensáveis	4.806		4.806	4.684		4.684	24.040	19.336		43.376	23.169	11.846		35.015	
Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros							503.161			503.161	862.704			862.704	
Demais Créditos	43.793		43.793	24.249		24.249	126.458			126.458	140.785			140.785	
Ativos não Circulante Mantido para Venda	641		641	641		641	2.228			2.228	2.352			2.352	
Total do Circulante	81.295		81.295	70.058		70.058	1.740.535	19.336	-	1.759.871	1.842.353	11.846	-	1.854.199	
Não Circulante															
Aplicações Financeiras							10.886			10.886	10.355			10.355	
Contas a Receber							64.820			64.820	33.317			33.317	
Empréstimos e Financiamentos	11.466		11.466	13.415		13.415	12.436			12.436	14.989			14.989	
Depósitos e Bloqueios Judiciais	5.893		5.893	150		150	28.505			28.505	14.948			14.948	
Tributos e Contribuições Compensáveis	25.229		25.229	26.063		26.063	31.147			31.147	32.147			32.147	
Ativo Financeiro Indenizável							150.638			150.638	144.450			144.450	
Demais Créditos							11.308			11.308	13.020			13.020	
Realizável a Longo Prazo	42.588		42.588	39.628		39.628	309.740	-	-	309.740	263.226	-	-	263.226	
Investimentos	908.041	(20.597)	887.444	731.883	(5.069)	726.814	632.392			632.392	613.426			613.426	
Imobilizado	13.047		13.047	13.136		13.136	110.744			110.744	102.560			102.560	
Intangível	3.034		3.034	3.971		3.971	893.943			893.943	920.106			920.106	
Total do Não Circulante	966.710		946.113	788.618		783.549	1.946.819	-	-	1.946.819	1.899.318	-	-	1.899.318	
Total do Ativo	1.048.005		1.027.408	858.676		853.607	3.687.354	19.336	-	3.706.690	3.741.671	11.846	-	3.753.517	

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.1.2. Passivo

	Controladora					Consolidado								
Passivo	31/12/2019	Ajuste Investimento - Reapresentação	31/12/2019	01/01/2019	Ajuste Investimento - Reapresentação	01/01/2019	31/12/2019	Crédito PIS/COFINS sobre insumos	Serviços Corrente e Juros Líquidos	31/12/2019	01/01/2019	Crédito PIS/COFINS sobre insumos	Serviços Corrente e Juros Líquidos	01/01/2019
	Reapresentado			Reapresentado			Reapresentado			Reapresentado				
Circulante														
Fornecedores	10.660		10.660	15.237		15.237	196.454			196.454	488.018			488.018
Obrigações tributárias	5.557		5.557	5.706		5.706	487.606			487.606	220.970			220.970
Contribuição de iluminação pública							41.898			41.898	96.866			96.866
Encargos regulatórios							81.882			81.882	90.107			90.107
Debêntures							26.814			26.814	247.778			247.778
Empréstimos e financiamentos	21.633		21.633				120.833			120.833	86.069			86.069
Obrigações societárias	33.818		33.818	5.885		5.885	47.062			47.062	16.744			16.744
Obrigações sociais e trabalhistas	297		297	201		201	23.433			23.433	25.983			25.983
Valores a pagar de Parcela "A" e outros itens financeiros							499.097			499.097	608.361			608.361
Benefícios pós emprego							2.568			2.568	2.814			2.814
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	100		100				10.309			10.309	6.478			6.478
Demais obrigações	1.172		1.172	414		414	30.124			30.124	38.655			38.655
Total do Circulante	73.237		73.237	27.443		27.443	1.568.080	-	-	1.568.080	1.928.843	-	-	1.928.843
Não Circulante														
Fornecedores							-			-	36.830			36.830
Obrigações tributárias	96.782		96.782	96.781		96.781	359.741			359.741	322.356			322.356
Contribuição de iluminação pública							-			-	3.393			3.393
Debêntures							186.996			186.996	15.019			15.019
Empréstimos e financiamentos	94.000		94.000				167.532			167.532	188.194			188.194
Benefícios pós emprego							98.013		39.933	137.946	57.007		16.915	73.922
Encargos regulatórios							70.245			70.245	100.120			100.120
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios				1		1	61.138			61.138	44.294			44.294
Obrigações vinculadas a concessão							1.103			1.103	3.400			3.400
Valores a pagar de Parcela "A" e outros itens financeiros							102.199			102.199	96.438			96.438
Demais obrigações							71.632			71.632	5.869			5.869
Total do Não Circulante	190.782		190.782	96.782		96.782	1.118.599	-	39.933	1.158.532	872.920	-	16.915	889.835
Patrimônio Líquido														
Capital social	566.025		566.025	566.025		566.025	566.025			566.025	566.025			566.025
Reserva de lucros	108.575		108.575	18.677		18.677	108.575			108.575	18.677			18.677
Ajuste de avaliação patrimonial	109.386		109.386	149.749		149.749	109.386			109.386	149.749			149.749
Lucros/(Prejuízos) acumulados		(20.597)	(20.597)		(5.069)	(5.069)		19.336	(39.933)	(20.597)		11.846	(16.915)	(5.069)
Atribuível as acionista controlador	783.986		763.389	734.451		729.382	783.986	19.336	(39.933)	763.389	734.451	11.846	(16.915)	729.382
Atribuível aos acionistas não controladores							216.689			216.689	205.457			205.457
Total do Patrimônio Líquido	783.986		763.389	734.451		729.382	1.000.675	19.336	(39.933)	980.078	939.908	11.846	(16.915)	934.839
Total do Passivo	1.048.005		1.027.408	858.676		853.607	3.687.354	19.336	-	3.706.690	3.741.671	11.846	-	3.753.517

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Atribuído aos acionistas controladores						Participação de Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial/Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Participação do Acionista Controlador		
		Reserva Legal	Reserva de Capital					
Saldo em 1º de janeiro de 2019 - Reapresentado	566.025	1.225	17.452	149.749	(5.069)	729.382	205.457	934.839
Transação de Capital com Acionistas:								
Constituição de Provisão de Partes Beneficiárias							(7.624)	(7.624)
Dividendos a pagar					(28.000)	(28.000)	(18.728)	(46.728)
Lucro líquido do exercício					103.518	103.518	37.584	141.102
Absorção de prejuízos acumulados gerados no exercício					(1.147)	(1.147)		(1.147)
Destinação do Lucro								
Reserva Legal		5.895			(5.895)			
Reserva para Expansão dos Negócios Sociais			84.003		(84.003)			
Equiv. Patrim. sobre Resultados Abrangentes - Controladas - Benefícios Pós-Emprego				(40.363)		(40.363)		(40.363)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 - Reapresentado	566.025	7.120	101.455	109.386	(20.596)	763.390	216.689	980.079

3.3. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019		31/12/2019	31/12/2019		31/12/2019
			Reapresentado			Reapresentado
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício	119.045	(15.528)	103.517	156.629	(15.528)	141.101
Outros Resultados Abrangentes	(40.363)		(40.363)	(40.363)		(40.363)
Itens que não serão Reclassificados Subsequentemente ao Resultado						
Ganho (Perda) Atuarial com Plano de Benefício Definido				(40.363)		(40.363)
Realização de Reserva de Reavaliação (Custo Atribuído)						
Equivalência Patrimonial sobre Obrigação Atuarial - Benefícios Definido	(40.363)		(40.363)			
Resultado Abrangente Total	78.682	(15.528)	63.154	116.266	(15.528)	100.738

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019	Ajustes	31/12/2019 Reapresentado	31/12/2020	Ajustes	31/12/2019 Reapresentado
Receitas	65.282	-	65.282	335.741	-	335.741
Venda de Energia e Serviços Prestados	67.939		67.939	337.934		337.934
Perdas Estimadas em Créditos Liquidação Duvidosa	(2.699)		(2.699)	(2.699)		(2.699)
Receita na Alienação de Ativo Imobilizado				(378)		(378)
Outras Receitas	42		42	884		884
Insumos Adquiridos de Terceiros	(54.698)	-	(54.698)	(133.271)	-	(133.271)
Custos com Serviço de Energia Elétrica				(68.643)		(68.643)
Custos com Serviço Prestado a Terceiros	(48.239)		(48.239)	(51.355)		(51.355)
Serviços de Terceiros	(5.805)		(5.805)	1.450		1.450
Material	(57)		(57)	(12.558)		(12.558)
Provisões/Reversões	(99)		(99)	(1.969)		(1.969)
Outros	(498)		(498)	(195)		(195)
Valor Adicionado Bruto	10.584	-	10.584	202.470	-	202.470
Retenções	(1.089)	-	(1.089)	(8.548)	-	(8.548)
Depreciação e Amortização	(1.089)		(1.089)	(8.548)		(8.548)
Valor Adicionado Líquido Produzido	9.495	-	9.495	193.922	-	193.922
Valor Adicionado Recebido em Transferência	135.870	(15.528)	120.342	100.196	(15.528)	84.668
Receitas Financeiras	12.035		12.035	23.837		23.837
Resultado de Equivalência Patrimonial de Operações Continuadas	77.365		77.365	28.964		28.964
Resultado de Equivalência Patrimonial de Operações Descontinuadas	41.891	(15.528)	26.363	41.891	(15.528)	26.363
Dividendos Recebidos	4.579		4.579	5.504		5.504
Valor Adicionado Total a Distribuir	145.365	(15.528)	129.837	294.118	(15.528)	278.590
Distribuição do Valor Adicionado	145.365	(15.528)	129.837	294.118	(15.528)	278.590
Empregados	9.828	-	9.828	20.510	-	20.510
Remuneração Direta	9.383		9.383	19.796		19.796
FGTS	173		173	350		350
Benefícios	272		272	364		364
Impostos, Taxas e Contribuições	12.796	-	12.796	76.827	-	76.827
Federal	11.434		11.434	74.455		74.455
Estadual e Municipal	1.362		1.362	2.372		2.372
Remuneração de Capitais de Terceiros	3.696	-	3.696	40.154	-	40.154
Aluguéis				32.634		32.634
Despesas Financeiras	3.696		3.696	7.520		7.520
Remuneração de Capitais Próprios	119.045	(15.528)	103.517	156.627	(15.528)	141.099
Participação dos Acionistas Não Controladores				37.582		37.582
Lucros Líquidos Retidos	119.045	(15.528)	103.517	119.045	(15.528)	103.517

OPERAÇÃO DESCONTINUADA

A Companhia realizou a reclassificação de saldos na Demonstração do Resultado do consolidado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, relativa a decisão de alienação da CEB DIS. Desta forma, a distribuidora, nas demonstrações financeiras e nas respectivas notas explicativas, passa a ser apresentada na forma de operação descontinuada, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.4.

De acordo com o CPC 31, item 40, a entidade não deve reclassificar ou reapresentar montantes divulgados de ativos não circulantes ou de ativos e passivos de grupos de ativos classificados como mantidos para venda nos balanços de períodos anteriores para refletir a classificação no balanço do último período apresentado.

Já em relação as contas de resultado, a Companhia deve apresentar novamente as evidenciações para períodos anteriores apresentados nas demonstrações de resultados, de forma que as divulgações se relacionem com todas as operações que tenham sido descontinuadas à data do balanço do último período apresentado.

O ativo que está sendo objeto de classificação como Operação Descontinuada é a empresa CEB Distribuição S.A. e está registrada contabilmente no grupo de ativo não circulante como investimento. Porém, desde a data de decisão de alienação desta companhia, a mesma está sendo apresentada no grupo de ativo circulante na linha de ativos de operações descontinuadas para fins de divulgação e é o único ativo classificado com essa natureza.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Conforme mencionado na nota explicativa 1.4, a Companhia já não apresentava performance financeira sustentável, o que comprometeu, substancialmente a manutenção do seu contrato de concessão. Isso motivou a decisão de alienação deste ativo.

A conclusão do processo de venda foi realizada em março de 2021, com a liquidação financeira da operação no valor de R\$ 2.515.000. A CEB aguarda a apuração do balancete mensal anterior a data da concretização da venda para apuração dos resultados finais dessa alienação.

Abaixo apresentamos a Demonstração do Resultado do exercício findo em 2020 do ativo classificado como operação descontinuada.

	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Receita Operacional Líquida	2.754.732	2.615.566
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(2.555.425)	(2.262.908)
Custo dos Serviços Prestados	(23)	(394)
Lucro Bruto	199.284	352.264
Despesas Operacionais	(174.976)	(236)857
Resultado do Serviço	24.308	115.407
Resultado Financeiro	31.900	(75.684)
Lucro Líquido Antes dos Tributos	56.208	39.723
Imposto de Renda e Contribuição Social	301.822	(13.360)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(16.358)	(91.895)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	318.180	78.535
Lucro Líquido do Exercício	358.030	26.363

Os principais eventos, entre eles não recorrentes, que contribuíram para o resultado da CEB Distribuição S.A. e que impactaram diretamente o valor do investimento na Companhia foram:

LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	
Lucro Líquido do Exercício - DRE	358.030
Efeito dos eventos relevantes, incluído os não recorrentes	(429.399)
Efeitos Positivos	
Crédito de PIS/COFINS (a)	(10.631)
Ativo Fiscal Diferido – AFD (b)	(312.731)
Precatórios (c)	(26.973)
Alienação Terreno do Noroeste (d)	(44.500)
Benefícios a Empregados (e)	(82.640)
Alienação de Sucatas (f)	(15.475)
Efeitos Negativos	
Plano de Demissão Voluntária – PDV (g)	33.343
Provisão Ajuste da BRR (h)	30.208
Efeito tributário sobre os eventos não recorrentes	39.667
Lucro Líquido do Exercício - Ajustado	(31.702)

(a) Recuperação de Créditos de PIS/COFINS

A CEB DIS realizou o reconhecimento contábil dos créditos de PIS/COFINS sobre os insumos utilizados na prestação de serviços, advindos de dispêndios em exercícios anteriores e corrente com insumos (bens e/ou serviços), ligados diretamente ao negócio da Distribuidora.

Os referidos créditos remetem aos anos de 2016 a 2020, levando-se em consideração o prazo prescricional do direito de aproveitamento destes créditos junto à Secretaria da Receita Federal – SRF, que é de 5 anos, cujo montante foi da ordem de R\$ 54.876, dos quais R\$ 10.631 no exercício corrente, já atualizados pela Selic.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Ativo Fiscal Diferido

A CEB DIS realizou o reconhecimento do AFD, referentes ao Prejuízo Fiscal, Base Negativa e Diferenças Temporárias cujo montante foi de R\$ 312.731, conforme descrito na Nota Explicativa 7.1.

(c) Precatórios

A CEB DIS celebrou acordo direto com o Distrito Federal, através da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, para pagamento dos precatórios expedidos em favor da CEB Distribuição S.A. entre 2014 e 2018, com o principal objetivo de mitigar o risco de quebra dos *covenants* regulatórios financeiros de 2020.

(d) Alienação Terreno do Noroeste

A CEB DIS e a Terracap celebraram contrato de compra e venda do terreno localizado no Setor Noroeste, SAI NORTE PR 155/1/DF Brasília-DF, com área total de 284.160 m². O valor total da operação foi de R\$ 318.900, que deveriam ter sido integralmente recebidos pela Companhia até o dia 23 de novembro de 2020. Porém, remanesce ainda um saldo devedor por parte da Terracap de R\$ 197.405 que serão vertidos para a CEB IPES, no processo de Cisão da CEB DIS, ficando a CEB IPES incumbida de devolver à Distribuidora R\$ 21.195 e os outros R\$ 176.210 incorporados em seu Capital Social. O valor contábil do referido terreno era de R\$ 274.400, o que gerou um ganho de capital de R\$ 44.500 e uma obrigação fiscal, devidamente recolhida, de R\$ 15.106.

(e) Benefícios a Empregados

A Distribuidora incentivou a migração dos participantes e assistidos do Plano de Benefício Definido – BD para os Planos BD-Saldado, este criado recentemente, e CEBPrev com o intuito de eliminar seus riscos atuariais. Com a implementação das estratégias previdenciais, a CEB DIS promoveu o saldamento quase que total do Plano BD, ocasionando uma redução do plano e, conseqüentemente, o surgimento de uma receita relativa ao serviço passado, que corresponde à diferença entre as reduções no valor presente da obrigação atuarial e no valor justo dos ativos do plano, cujo montante foi de R\$ 82.640.

(f) Alienação de Sucatas

A CEB DIS realizou alienação de bens móveis inservíveis, que foram levantados para venda por meio de leilão público, realizado em 27 de novembro de 2020, cujo montante de venda somou R\$ 16.233, que foram devidamente provisionados até que sejam confirmados após o término da entrega e pesagem dos lotes. O valor contábil deste lote de sucatas era de R\$ 758, gerando, então, um ganho de capital para a CEB DIS de R\$ 15.475.

(g) Plano de Demissão Voluntária - PDV

A CEB Distribuição S.A implementou o Programa de Desligamento Voluntário - PDV que tem como objetivo contribuir com a redução do PMSO, propiciar o enquadramento de custos relativos a pessoal a nível regulatório estabelecido pela ANEEL, atingir os *covenants* regulatórios financeiros e possibilitar a renovação do quadro de pessoal. O custo total com a implementação da política de desligamento voluntário foi de R\$ 33.343, divididos em 3 etapas, onde as etapas I e II foram efetivadas dentro do exercício e a etapa III efetivará em 2021, representando R\$ 2.739, R\$ 6.982 e R\$ 23.622, respectivamente. Estes valores serão expurgados da apuração dos *covenants* financeiros quando da sua apuração pelo Órgão Regulador.

(h) Provisionamento para Ajuste na Base de Remuneração Regulatória - BRR

A CEB DIS realizou o provisionamento para ajuste da BRR, conforme aderência ao Relatório de auditoria fiscal do 4º ciclo - RAF4, de acordo com o Laudo emitido pela Consultoria Real Valor, no montante de R\$ 21.771 e ainda as provisões das depreciações das obras unitizadas posteriormente ao limite regulatório permitido e das desativações represadas, somando R\$ 7.077 e R\$ 1.360, respectivamente.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

4.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes às respectivas atividades operacionais, e não operam com derivativos.

Relativamente à gestão de risco, há duas vertentes predominantes que têm merecido particular atenção da Administração as consequências da crise hídrica que repercutem no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, resultando em encargos relevantes para a CEB Lajeado S.A.; a CEB Participações S.A.; a CEB Geração S.A.; a Corumbá Concessões S.A.; e a Energética Corumbá III S.A..

Com relação às empresas geradoras/comercializadoras, a Nota Explicativa 1.3.1 “Acordo GSF – Repactuação do Risco Hidrológico – Impactos Sobre as Investidas” destas Notas Explicativas, relata as iniciativas da Administração sobre este aspecto.

4.2. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A administração da CEB e de suas controladas tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual, as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Em observância à Lei nº 13.303/2016, cada empresa do Grupo deverá observar as regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle interno, composição da administração e, havendo acionistas, mecanismos para sua proteção, todos constantes da citada Lei.

4.2.1. Risco de crédito

A CEB e suas controladas qualificam o risco de crédito pela incerteza no recebimento de valores faturados a seus clientes, decorrentes das vendas de energia elétrica e da prestação de serviços correlatos.

A Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela regulação setorial emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante às concessionárias riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de *rating*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

4.2.2. Risco de liquidez

O Grupo tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas controladas e coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos principais passivos financeiros:

Consolidado	Valor	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos
Passivos Financeiros não Derivativos				
Fornecedores	14.383	14.383		
Empréstimos e Financiamentos	95.101	13.110	26.595	55.396
Total	109.484	27.493	26.595	55.396

4.2.3. Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem, relevantemente, os créditos a receber na data-base do balanço e os empréstimos passivos.

Tais ativos e passivos incluem, principalmente, os créditos a receber com clientes, as obrigações com fornecedores ou dívidas em atraso, renegociadas até a data-base do balanço, e as obrigações com empréstimos e financiamentos.

Consequentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo.

4.2.3.1. Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI. A CEB estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2021, a taxa CDI será de 3,9%, de acordo com o Relatório de Projeções do Bradesco (<https://www.economiaemdia.com.br/SiteEconomiaEmDia/Projecoes/Longo-Prazo>), de 25 de fevereiro de 2021, às 15:33hrs. Fica registrado que os instrumentos financeiros contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto.

	Provável	Cenário de Elevação das Taxas	
		Possível	Remoto
CDI	3,90%	4,88%	5,85%

Fica registrado que os empréstimos contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados - Base 31/12/2020		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		3,90%	4,88%	5,85%
	95.101	98.810	99.737	100.664
Efeito da Variação do CDI		(3.709)	(4.636)	(5.563)
Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados - Base 31/12/2019		
		Provável	Possível	Remoto
		4,25%	5,31%	6,38%
	464.236	483.966	464.236	483.966
Efeito da Variação do CDI		(19.730)		(19.730)

	Provável	Cenário de Redução das Taxas	
		Possível	Remoto
CDI	3,90%	2,93%	1,95%

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Baixa do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2020		
		Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
		3,90%	2,93%	1,95%
	95.101	98.810	97.883	96.955
Efeito da Variação do CDI		(3.709)	(2.782)	(1.854)
Baixa do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2019		
		Provável		Provável
		4,25%	3,19%	2,13%
	464.236	483.966	479.034	474.101
Efeito da Variação do CDI		(19.730)	(14.798)	(9.865)

4.2.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da administração da Companhia é acompanhar o risco operacional de modo a evitar danos à recuperação da Companhia, bem como buscar eficácia no processo de gerenciamento e redução de custos.

A Carta de Controle Interno – CCI, elaborada pela auditoria independente, aponta os principais riscos operacionais da Companhia, segregados em deficiências significativas e não significativas, bem como os respectivos comentários da Administração.

Para o processo de gestão de riscos do Grupo, foi elaborado o manual de gestão de riscos com requisitos mínimos, considerando as necessidades e as características das Companhias, contemplando a importância da melhoria contínua e sua adequação, a suficiência e a eficácia da estrutura de gestão de riscos para assegurar os aprimoramentos do processo e da metodologia adotada.

A gestão integrada de riscos realizada pela Companhia é acompanhada pelo comitê gestor de riscos e reportada ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho Fiscal da CEB.

Neste diapasão, com vistas a melhorar os sistemas de controle, de forma a mitigar os riscos e ocorrências de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro, foi instituído o Comitê Permanente de Integridade, coordenado pela Superintendência de Governança Corporativa, que desenvolveu e implementou o Programa de Integridade na Companhia.

O objetivo da Administração é administrar o risco operacional de todo o Grupo para: (i) evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da organização e de suas controladas e coligadas; e (ii) buscar eficácia de custos.

4.2.5. Risco de aceleração de dívidas

A CEB possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou obtida anuência prévia dos credores para o não atendimento.

4.3. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são: (a) salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas; (b) manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode propor, nos casos em que precisar da aprovação dos acionistas, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curtos e longos prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Total dos Empréstimos e Financiamento/Debêntures	95.101	502.175
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota Explicativa nº 5)	(14.412)	(465.338)
Dívida líquida	80.689	36.837
Total do Patrimônio Líquido (Nota Explicativa nº 21)	678.769	783.986
Total do Capital	759.458	820.823
Índice de Alavancagem Financeira - %	10,62	4,49

4.4. VALOR JUSTO

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

As tabelas seguintes demonstram, de forma resumida, os ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2020 e em 2019.

	Avaliação	31/12/2020			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros					
Caixa e Bancos	Valor Justo	117	117	437	437
Contas a Receber	Custo Amortizado	11.558	11.558	33.836	33.836
Aplicações Financeiras	Valor Justo	14.295	14.295	136.266	136.266
Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo Amortizado	14.383	14.383	16.549	16.549
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado	95.101	95.101	95.101	95.101
Obrigações Societárias	Custo Amortizado	559.657	559.657	571.448	571.448
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado			7.766	7.766

	Avaliação	31/12/2019			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros					
Caixa e Bancos	Valor Justo	27	27	69.222	69.222
Contas a Receber	Custo Amortizado	18.526	18.526	608.867	608.867
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado			503.161	503.161
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado			10.886	10.886
Aplicações Financeiras	Valor Justo	12.686	12.686	396.116	396.116
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo			150.638	150.638
Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo Amortizado	10.660	10.660	196.454	196.454
Debêntures	Custo Amortizado			213.810	213.810
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado			288.365	288.365
Obrigações Societárias	Custo Amortizado	33.818	33.818	47.062	47.062
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado			601.296	601.296
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado			152.127	152.127
Obrigações Vinculadas a Concessão	Custo Amortizado			1.103	1.103

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

4.4.1. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Bancos Conta Movimento	117	27	437	69.222
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	14.295	12.686	136.266	396.116
Total	14.412	12.713	136.703	465.338

O excedente de caixa é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários), aplicados junto ao Banco de Brasília S.A. – BRB, conforme determinação legal. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia têm rentabilidade compatível às variações do CDI (Certificado de Depósito Bancário), com remuneração de 103% deste indicador. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

6. CONTAS A RECEBER

6.1. COMPOSIÇÃO DO CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			22.278	647.834
Títulos de Créditos a Receber				120.306
Serviços Prestados a Terceiros	25.631	30.837	25.631	57.415
Total a Receber Bruto	25.631	30.837	47.909	825.555
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.073)	(12.311)	(14.073)	(151.868)
Total a Receber Líquido	11.558	18.526	33.836	673.687
Circulante	11.558	18.526	33.836	608.867
Não Circulante				64.820

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

6.2. VALORES A RECEBER POR IDADE DE VENCIMENTO

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos há mais de 180 dias	Total 31/12/2020	Total 31/12/2019
Classes de Consumidor						
Residencial						221.069
Industrial						9.972
Comércio, Serviços e Outros						124.471
Rural						8.876
Poder Público						53.621
Iluminação Pública						52.676
Serviço Público						14.687
Subtotal Consumidores						485.372
Serviço Taxado						1.462
Concessionárias e Permissionárias	22.278				22.278	1.227
Serviços prestado a terceiros (Incluso Serviços de IP)	8.391	3.167	2.539	11.534	25.631	57.415
Contribuição do consumidor						1.227
Fornecimento Não Faturado						165.288
Parcelamentos a Faturar CP e LP						95.904
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE						29.173
Arrecadação a Classificar						(16.451)
Outros						4.938
Total a Receber Bruto	30.669	3.167	2.539	11.534	47.909	825.555
Perda Estimada Com Crédito de Liquidação Duvidosa					(14.073)	(151.868)
Total a Receber Líquido					33.836	673.687

6.3. ESTIMATIVA DE PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (EPCLD)

A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída com premissas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída de acordo com os valores a receber há mais de 90 dias.

Com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48, foram considerados ainda, para efeitos de constituição da EPCLD, o incremento das faturas com histórico de inadimplemento, excetuando-se as faturas vencidas até noventa dias, haja vista seu potencial de recebimento através da cobrança administrativa vinculada ao corte de energia elétrica.

Segue um resumo das faixas de atrasos sujeitas às provisões:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Poder Público	(14.073)	(12.311)	(14.073)	(30.935)
Iluminação Pública				(24.640)
Residencial				(46.635)
Comercial				(46.401)
Serviço Público				(728)
Industrial				(1.240)
Rural				(1.289)
Total	(14.073)	(12.311)	(14.073)	(151.868)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A movimentação da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.612	157.761
Adições	16.142	178.226
Baixa Para Perda – Lei 9.430/96		(142.381)
Reversões	(13.443)	(41.738)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.311	151.868
Baixa da consolidação de operação descontinuada		(139.557)
Adições	4.504	4.504
Reversões	(2.742)	(2.742)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.073	14.073

6.4. CRÉDITOS COM O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, cujo valor total corresponde a R\$ 25.631 (2019 – R\$ 30.837) em 31 de dezembro de 2020, compostos por serviços de manutenção e obras de iluminação pública.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal totalizou R\$ 14.073 (2019 – R\$ 12.311), relativos a serviços de iluminação pública prestados pela CEB.

O quadro seguinte mostra a composição dos créditos com o acionista controlador por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldos Vincendos	8.391	12.937	8.391	51.915
Vencidos até 90 dias	3.167	5.589	3.167	23.138
Vencidos de 91 a 360 dias	2.539	2.292	2.539	2.525
Vencidos há mais de 360 dias	11.534	10.019	11.534	55.312
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.073)	(12.311)	(14.073)	(57.837)
Total	11.558	18.526	11.558	75.053

7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ (a)	40	18.864	92	25.497
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (a)	697	7.184	701	12.720
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	2.448	2.448	2.459	2.459
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS				9.272
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	204	54	225	608
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	605	484	605	3.144
Programa de Integração Social – PIS	423	399	889	842
Outros	602	602	602	645
Total	5.019	30.035	5.573	55.187
Circulante	4.327	4.806	4.877	24.040
Não Circulante	692	25.229	696	31.147

(a) Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período; aos saldos negativos de exercícios anteriores; e às retenções fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser pelo Lucro Real Anual, bem como dos créditos provenientes de tributos diferidos e de ações judiciais. A redução dos saldos se devem a utilização, no último trimestre de 2020, dos tributos diferidos quando da realização do custo atribuído e a inclusão do mesmo na apuração dos tributos do exercício, conforme demonstrado na Nota Explicativa 15.1.1.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

7.1. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS NÃO RECONHECIDOS

Segue o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos não reconhecidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Diferenças Temporárias	4.853	4.219	6.288	120.748
Prejuízo Fiscal e Base Negativa				122.200
Total	4.853	4.219	6.288	242.948

A Companhia não reconheceu ativo fiscal diferido sobre Provisões para Contingências e Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, por entender que tais diferenças temporárias geram dúvidas quanto a sua realização nos prazos previstos.

A sua controlada CEB DIS registrou os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de diferenças temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa, por atender os critérios necessários para o seu reconhecimento, no montante de R\$ 312 milhões, em dezembro de 2020. Não foram reconhecidas diferenças temporárias no montante de R\$ 94 milhões, pois quando os estudos foram elaborados, não contemplaram os eventos constituídos após a sua elaboração. É importante destacar que, como esta Distribuidora está sendo apresentada na forma de operação descontinuada, seus números, como previsto pelo CPC 31, não estão sendo apresentados nas informações consolidadas.

8. DEMAIS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Serviços em Curso (a)			2.706	35.330
Repactuação do Risco Hidrológico			10.941	12.653
Aportes da CDE – Decreto nº 7.945/2013				31.256
Adiantamento a Fornecedores	3		3	11
Desativações em Curso			10	6.873
Previdência Privada dos Empregados				2.245
Dividendo/JSCP a Receber	27.327	18.681	9.183	4.624
Despesas Pagas Antecipadamente	39	48	39	3.959
Crédito com Empregados	59	85	88	7.834
Valores a receber da venda de terreno (b)	15.492	24.955	15.492	24.955
Outros Créditos		24	79	8.026
Total	42.920	43.793	38.541	137.766
Circulante	42.920	43.793	28.890	126.458
Não Circulante			9.651	11.308

- a) Os serviços em curso são referentes aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética os quais, após seus termos, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.
- b) Refere-se a valores a receber sobre a venda de terreno da CEB Geração S.A., realizado no segundo semestre de 2018. A venda, conforme o edital, previa o recebimento dos valores da seguinte forma: i) entrada de 30%; e b) 70% do valor divididos em 24 parcelas, acrescidas de atualização monetária (IGP-M). Em junho de 2019, tal contrato foi repassado pela CEB Geração S.A. para a CEB como forma de pagamento dos dividendos referente ao exercício de 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

9. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais efetuadas pelas instituições financeiras nas contas-correntes da Companhia Energética de Brasília – CEB e da controlada CEB DIS, em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil; e cauções referentes a leilões de energia. Também estão registrados os depósitos recursais que são oriundos das demandas judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Bloqueios Judiciais			1	3.803
Cauções	111	111	265	121
Depósitos Recursais	5.893	5.893	8.082	24.702
Total	6.004	6.004	8.348	28.626
Circulante	111	111	265	121
Não Circulante	5.893	5.893	8.083	28.505

10. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

Imóveis	Localidade	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Terreno	SGM/Norte, Lote G, Asa Norte- Brasília				18
Terreno	QI 10 Lote 38 Setor Industrial – Taguatinga				897
Edificação	Edificações da QI 10 Lotes 25 a 38, Setor Industrial – Taguatinga				672
Terreno	Área 1, Quadra 1, Praça 64/1 - Sobradinho	641	641	641	641
Total		641	641	641	2.228

A Companhia, para fins de avaliação de *impairment*, efetuou a contratação de empresa especializada para determinar o valor de mercado na área 1, Quadra 1, Praça 64/1 – Sobradinho, Distrito Federal. De acordo com o Laudo, foi apurado como valor de mercado R\$ 1.850 por esse terreno, não havendo, desta forma, indícios de *impairment*.

11. INVESTIMENTOS

11.1. COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Avaliados por Equivalência Patrimonial	343.206	885.710	376.431	356.377
Propriedade Para Investimento				274.400
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	1.404	1.524	1.404	1.405
Outros	210	210	210	210
Total	344.820	887.444	378.045	632.392

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

11.2. INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Investidas	Controladora					Valor Contábil	
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)		31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Operação Descontinuada						961.965	567.276
CEB Distribuição S.A.	975.912	961.965	100,00	100,00		961.965	567.276
Operações Continuadas						343.206	318.434
CEB Lajeado S.A.	112.284	320.816	59,93	59,93		99.344	92.494
Corumbá Concessões S.A.	280.014	379.110	32,52	22,59		122.974	102.844
Energética Corumbá III S.A.	121.586	176.544	37,50	25,00		65.776	64.736
CEB Participações S.A.	21.270	33.094	100,00	100,00		33.094	32.789
CEB Geração S.A.	7.575	21.791	100,00	100,00		21.791	25.558
Companhia Brasiliense de Gás S.A.	6.821	711	17,00	51,00		127	13
CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.	100	100	100,00	100,00		100	

A diferença do investimento registrado na Companhia e o resultado da aplicação do percentual de 59,93% sobre o patrimônio líquido da CEB Lajeado S.A. é devido ao registro, no patrimônio líquido da Empresa, de partes beneficiárias no valor de R\$ 151.225, emitidas a favor da Eletrobrás S.A., que integrou a negociação da reestruturação societária da Investco S.A.. As partes beneficiárias deverão ser convertidas em ações preferenciais ao final do período de concessão.

Investidas	Consolidado					Valor Contábil	
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)		31/12/2020	31/12/2019
Corumbá Concessões S.A.	280.014	379.110	34,06	24,18		128.795	107.712
Investco S.A.	6.868	874.859	20,00	20,00		181.860	183.929
Energética Corumbá III S.A.	121.586	176.544	37,50	25,00		65.776	64.736
Total						376.431	356.377

11.2.1. Informações financeiras resumidas

Investidas	31/12/2020			31/12/2019		
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
Corumbá Concessões S.A.	594.307	215.197	188.625	649.209	519.360	184.305
CEB Lajeado S.A.	376.499	55.683	166.716	364.521	43.184	126.900
Energética Corumbá III S.A.	237.372	55.418	51.429	234.254	64.815	42.817
CEB Participações S.A.	44.883	11.793	20.279	42.913	3.196	16.209
CEB Geração S.A.	33.260	11.469	13.192	32.783	2.316	14.718
Companhia Brasiliense de Gás S.A.	1.325	614	3.684	1.149	319	2.834
CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.	100					

11.2.2. Resultado dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Exercício	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Exercício	Resultado de Equivalência Patrimonial
CEB Lajeado S.A.	60.005	33.557	68.612	38.370
Energética Corumbá III S.A.	21.634	8.113	19.761	7.592
CEB Geração S.A.	4.273	4.273	9.295	9.295
Corumbá Concessões S.A.	97.384	31.673	20.276	6.564
CEB Participações S.A.	15.331	15.331	15.601	15.601
Companhia Brasiliense de Gás S.A.	(430)	(73)	(342)	(57)
CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.				
Total	198.197	92.874	133.203	77.365

O valor apresentado nas demonstrações do resultado consolidado refere-se ao registro da equivalência patrimonial calculada sobre os resultados apurados das coligadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

11.2.3. Movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora								
	CEB Distribuição S.A.	CEB Lajeado S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	CEB Participações S.A.	CEB Geração S.A.	Companhia Brasileira de Gás S.A.	CEB IPES	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018 - Reapresentado	409.732	78.199	87.832	62.593	31.592	51.880	59		721.887
Resultado de Equivalência Patrimonial	26.363	38.370	6.564	7.592	15.601	9.295	(58)		103.727
Aporte/Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital – AFAC	173.087		8.903				12		182.002
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	(41.907)	(25)	543						(41.389)
Ajuste de Equivalência Patrimonial em Investidas			(108)		(51)				(159)
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		(24.050)	(890)	(5.449)	(14.353)	(35.617)			(80.359)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 - Reapresentado	567.275	92.494	102.844	64.736	32.789	25.558	13		885.710
Movimentações, líquidas, de Operação Descontinuada	394.690								374.092
Resultado de Equivalência Patrimonial		33.557	31.673	8.113	15.331	4.273	(73)		92.874
Aquisição de novas ações			1.303						1.303
Aporte/Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital – AFAC							186	100	286
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas		4							4
Ajuste de Equivalência Patrimonial em Investidas			(64)						(64)
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		(26.711)	(12.782)	(7.073)	(15.026)	(8.040)			(69.632)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	961.965	99.344	122.975	65.776	33.094	21.791	127	100	1.305.171

Investidas	Consolidado			
	Investco S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	179.176	92.389	62.593	334.158
Resultado de Equivalência Patrimonial	14.415	6.952	7.592	28.959
Aporte/Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital – AFAC		8.903		8.903
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas		544		544
Ajuste de Equivalência Patrimonial em Investidas		(138)		(138)
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(9.662)	(938)	(5.449)	(16.049)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	183.929	107.712	64.736	356.377
Resultado de Equivalência Patrimonial	6.888	33.169	8.113	48.170
Aquisição de novas ações		1.347		1.347
Ajuste de Equivalência Patrimonial em Investidas		(64)		(64)
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(8.957)	(13.369)	(7.073)	(29.399)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	181.860	128.795	65.776	376.431

11.3. PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 222.056 (R\$ 216.689 – 2019), dos quais, R\$ 221.472 são atribuíveis aos acionistas não controladores da CEB Lajeado S.A. e R\$ 584 são atribuíveis aos acionistas não controladores da Companhia Brasileira de Gás.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

12. IMOBILIZADO

12.1. MOVIMENTAÇÃO

	Controladora				
	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2020
Imobilizado em Serviços	14.284	40			14.325
Terrenos	11.036				11.036
Edificações	2.464				2.464
Máquinas e Equipamentos	412	18			430
Equipamento de Informática	127	23			150
Móveis e Utensílios	245				245
Depreciação Acumulada	(1.237)	(162)			(1.399)
Edificações	(741)	(98)			(839)
Máquinas e Equipamentos	(227)	(34)			(261)
Equipamento de Informática	(30)	(28)			(58)
Móveis e Utensílios	(239)	(2)			(241)
Imobilizado Líquido	13.047	(122)			12.926

	Consolidado				
	31/12/2019	Operação Descontinuada	Adições	Transferências	31/12/2020
Imobilizado em Serviços	133.428	(72.932)	3.693		64.189
Terrenos	14.469		98		14.567
Reservatórios, Barragens e Adutoras	14.942			1.462	16.404
Edificações	21.592	(8.074)		(1.462)	12.056
Máquinas e Equipamentos	46.320	(29.670)	3.595		20.245
Veículos	26.608	(26.518)			90
Móveis e Utensílios	9.323	(8.692)	22		631
Outros	174	22	22		196
Imobilizado em Curso	52.959	(50.956)	2.720	(3.772)	951
Depreciação Acumulada	(75.643)	54.259	(1.210)	301	(22.293)
Reservatórios, Barragens e Adutoras	(5.086)		(325)	(118)	(5.529)
Edificações	(10.218)	4.164	(369)	119	(6.304)
Máquinas e Equipamentos	(33.497)	24.269	(785)	300	(9.713)
Veículos	(20.570)	20.152	328		(90)
Móveis e Utensílios	(6.147)	5.674	(31)		(504)
Outros	(125)		(28)		(153)
Imobilizado Líquido	110.744	(69.929)	5.203	(3.471)	42.847

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável dos ativos do Grupo na data das demonstrações financeiras.

A taxa de depreciação aplicada nos ativos da Companhia comumente levam em consideração a estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão, definida pela ANEEL.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

13. INTANGÍVEL

	Controladora					
	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2020
Intangíveis - Software	4.618	88				4.706
Total	4.618	88				4.706
Amortização Acumulada						
Intangíveis - Software	(1.584)	(1.013)				(2.597)
Total	(1.584)	(1.013)				(2.597)
Intangível Líquido	3.034	(925)				2.109

	Consolidado					
	31/12/2019	Operação Descontinuada	Adições	Baixas	Outros	31/12/2020
Direito de uso da concessão						
Em serviço	1.177.302	(712.507)				464.795
Em curso	81.233	(80.056)				1.177
Outros Intangíveis						
Em serviço	105.651	(18.723)	88	(24)		86.992
Em curso	1.930	(2.069)	206			67
Direito de Exploração da Concessão	158.946					158.946
Total	1.525.062	(813.355)	294	(24)		711.977
Amortização Acumulada						
Direito de uso da concessão						
Em serviço	(460.013)					(460.013)
Outros Intangíveis						
Em serviço	(88.689)		(1.200)			(89.949)
Direito de Exploração da Concessão	(82.417)		(5.887)			(88.304)
Total	(631.119)		(7.147)			(638.266)
Intangível Líquido	893.943					73.711

Não houve indícios de perdas no valor recuperável desses ativos até a data de emissão destas demonstrações financeiras.

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como adequada para efeitos contábeis e regulatórios.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

13.1. DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE CONCESSÃO DE GERAÇÃO

A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A., detentora do direito de exploração de concessão da Usina Luis Eduardo Magalhães, que integra a operação de geração da Investco S.A.. Esse direito trata-se de uma operação de reestruturação societária decorrente do contrato de venda e compra de ações entre a Investco S.A. e seus acionistas. Este Instrumento estabelece para a CEB Lajeado S.A. o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe R, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco S.A., totalizando 46.890.423 ações, por R\$ 213.452, que também representa 20% da dívida da Investco S.A. com a Eletrobrás. Do total de R\$ 213.452, R\$ 54.506 representam o valor patrimonial das ações detidas na Investco S.A. pela Eletrobrás em 30 de novembro de 2005, data da última correção da dívida.

Com a efetivação do negócio, foi reconhecido um ágio no valor de R\$ 158.946, que foi fundamentado como direito de exploração de concessão. Este direito de exploração de concessão será amortizado até o ano de 2032, fim da concessão, em conformidade com o disposto no art. 1, § 2º, alínea b da Instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O total do ágio, R\$ 158.946, a ser amortizado por 27 anos (a partir de janeiro de 2006 até dezembro de 2032), resulta em R\$ 5.887 de amortização ao ano.

Em dezembro de 2020, a controlada CEB Lajeado S.A. realizou o teste de perda por redução no valor recuperável do direito de exploração da concessão. A base para realização do teste de recuperabilidade foi o fluxo de caixa descontado, e não apresentou indicação de perda por redução no valor recuperável. A taxa de desconto usada foi de 7,16%, e tal utilização deveu-se ao fato de a Lajeado não possuir dívida bancária. O fluxo de caixa livre foi realizado sob a ótica do acionista e foi utilizado o custo de capital próprio real depois dos impostos. A mencionada taxa foi divulgada pela ANEEL nos Procedimentos de Regulação Tarifária – Proret, submódulo 12.3 – Custo de Capital da Geração. O período contemplado para elaboração dos fluxos de caixa foi até o fim da concessão, ou seja, o ano de 2032.

Os saldos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser assim mostrados:

	31/12/2020	31/12/2019
Ágio	158.946	158.946
Amortização Acumulada	(88.303)	(82.417)
Saldo Líquido	70.643	76.529

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Suprimento de Energia Elétrica				120.676
Materiais e Serviços	14.383	10.660	14.723	36.242
Encargos de Uso de Rede Elétrica			1.517	39.198
Fornecedores de Gás			309	338
Total	14.383	10.660	16.549	196.454
Circulante	14.383	10.660	16.549	196.454

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

15.1. RESUMO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	52.397	99.904	77.866	170.555
Outros Tributos	1.858	2.435	4.046	676.792
Total	54.255	102.339	81.912	847.347
Circulante	50.586	5.557	78.069	487.606
Não Circulante	3.669	96.782	3.843	359.741

15.1.1. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	38.816	73.683	58.277	126.447
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	13.581	26.221	19.589	44.108
Total	52.397	99.904	77.866	170.555
Circulante	48.728	3.122	74.023	32.917
Não Circulante	3.669	96.782	3.843	137.638

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social. Também é considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A. e CEB Lajeado S.A. é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação pelo lucro presumido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O quadro seguinte detalha a apuração do IRPJ e da CSLL:

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	426.480	122.154	426.480	122.154	131.829	283.665	131.829	283.665
Resultado das Empresas Tributadas Pelo Lucro Presumido					(21.026)	27.341	(21.026)	27.341
Total do Resultado Tributável	426.480	122.154	426.480	122.154	110.803	311.006	110.803	311.006
Equivalência Patrimonial	(92.874)	(119.074)	(92.874)	(119.074)	(48.170)	(133.489)	(48.170)	(133.489)
Resultado de Operação Descontinuada	(358.030)		(358.030)					
Adições/Exclusões Permanentes	279.900	2.797	279.900	2.797	277.460	101.886	277.460	101.886
Adições/Exclusões Temporárias	(13)	3.864	(13)	3.864	319	230.834	319	230.834
Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal	255.463	9.741	255.463	9.741	340.412	510.237	340.412	510.237
(-) Compensação Prejuízo Fiscal	(72.094)		(72.094)		(72.094)	(115.957)	(72.094)	(115.957)
Base de Cálculo	183.369	9.741	183.369	9.741	268.318	394.280	268.318	394.280
Alíquota Aplicável	25%	25%	25%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente:								
IRPJ/CSLL – Controladora e Controladas	(45.899)	(1.649)	(16.525)	(602)	(67.514)	(90.826)	(24.315)	(32.751)
IRPJ – Lucro Presumido					(1.166)	(1.791)	(564)	(853)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(45.899)	(1.649)	(16.525)	(602)	(68.680)	(92.617)	(24.879)	(33.604)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	50.414	(629)	18.149	(226)	50.793	56.567	18.284	20.374
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	4.515	(2.278)	1.624	(828)	(17.887)	(36.050)	(6.595)	(13.230)

15.1.1.1. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os montantes de IRPJ e de CSLL diferidos estão demonstrados no quadro seguinte:

	Empresa	Movimentação do exercício	IRPJ	CSLL
Alíquotas			25%	9%
Realização de Custo Atribuído (i)	Controladora	273.857	68.464	24.647
Compensação de Base Negativa e Prejuízo Fiscal	Controladora	(72.205)	(18.051)	(6.498)
Estimativa Mensal - MCP	CEB Lajeado S.A.	1.554	391	139
Rendimentos Financeiros a Resgatar	CEB Geração S.A.	(41)	(10)	(4)
Total		203.165	50.793	18.284

(i) Realização de Custo Atribuído

A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos relativos ao reconhecimento do custo atribuído dos terrenos (Nota Explicativa nº 13). Um dos imóveis avaliados foi capitalizado na controlada CEB DIS, como aporte de capital e, na época, registrado como ativo não circulante mantido para venda. A realização dos passivos fiscais diferidos ocorreu por ocasião da venda do terreno à Terracap em outubro de 2020.

Com a venda, a CEB realizou o ganho do custo atribuído e, por consequência, o ofereceu à tributação no exercício de 2020, conforme apresentado na linha de adições/exclusões permanentes da demonstração da apuração de imposto de renda e contribuição social da nota 15.1.1.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	2.698	71.163	2.826	101.198
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	971	25.619	1.017	36.440
Total	3.669	96.782	3.843	137.638
Não Circulante	3.669	96.782	3.843	137.638

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

15.1.2. Outros tributos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS			54	63.081
Contribuição Social Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	873	1.370	2.288	7.163
Programa de Integração Social – PIS	189	283	476	1.512
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	64	47	73	545
Postergação do ICMS				311.330
Parcelamentos de Tributos				293.067
Outros	732	735	1.155	94
Total	1.858	2.435	4.046	676.792
Circulante	1.858	2.435	4.046	454.689
Não Circulante				222.103

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado		Encargos
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Eletrobrás				200	
Banco do Brasil S.A (Finame)					
Banco do Brasil S.A (FCO I a IV)				6.695	
Caixa Econômica Federal				17.271	
Caixa Econômica Federal/BNDES				22.419	
Caixa Econômica Federal/BNDES				3.870	
Caixa Econômica Federal/BNDES				5.852	
Banco BCV					
Banco FIBRA				49.443	
Banco SOFISA				10.072	
Banco Daycoval				40.722	
Banco ABC				12.242	
Banco Original				5.042	
Banco de Brasília		21.633		21.633	
Banco de Brasília (a)	24.793	24.000	24.793	24.000	CDI + 4,0% a.a.
Banco CCB (a)	70.308	70.000	70.308	70.000	CDI + 3,9% a.a.
Custo de Transação				(1.096)	
Total	95.101	115.633	95.101	288.365	
Circulante	13.110	21.633	13.110	120.833	
Não Circulante	81.991	94.000	81.991	167.532	

(a) Em 27 de dezembro de 2019, a Companhia Energética de Brasília realizou captações financeiras junto ao Banco de Brasília – BRB e China Construction Bank - CCB, nos valores de R\$ 24.000 e R\$ 70.000, respectivamente.

Essas captações realizadas pela Controladora, com o objetivo de cumprir os requisitos necessários para atendimento das obrigações junto ao contrato de concessão da CEB Distribuição S.A., foram quitadas, conforme destacado na Nota Explicativa 28.4, em março de 2021.

16.1. PERSPECTIVAS DE AMORTIZAÇÕES

As composições dos empréstimos, com as perspectivas de amortizações, estão resumidas a seguir:

Consolidado	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Banco de Brasília	4.469	6.595	6.847	6.883	24.793
Banco CCB	8.641	20.000	20.000	21.667	70.308
Total	13.110	26.595	26.847	28.549	95.101

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

16.2. MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Empréstimos e Financiamentos Líquidos	
	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018		274.263
Captação de empréstimos	126.200	126.200
Encargos Incorridos no Exercício	571	19.406
Custo de Transação		2.574
Encargos Financeiros Pagos	(511)	(21.919)
Amortizações de Principal	(10.627)	(112.159)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	115.633	288.365
Redução de Empréstimos por Operação Descontinuada		(172.732)
Encargos Incorridos no Exercício	7.871	7.871
Encargos Financeiros Pagos	(6.804)	(6.804)
Amortizações de Principal	(21.599)	(21.599)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	95.101	95.101

16.3. COVENANTS

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia possuem cláusulas restritivas, financeiras e não financeiras de vencimento antecipado e execução de garantias, tais como: inadimplemento; pedido ou decretação de falência; protesto de títulos; liquidação extrajudicial; e alteração do objeto social e/ou composição do seu capital social.

Abaixo temos a discriminação das garantias cedidas por contrato:

Instituições	Garantias
Banco de Brasília	Cessão Fiduciária de Contrato de Cessão de Direitos / Cessão Fiduciária de Receita
Banco de Brasília	Penhor das ações das empresas Geradoras / Fluxo de dividendos da CEB / Cessão Fiduciária de Receita
China Construction Bank	Penhor das ações das empresas Geradoras / Fluxo de dividendos da CEB / Cessão Fiduciária de Receita

17. OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

As obrigações societárias representam valores a pagar aos acionistas controladores e não controladores a título de dividendos, juros sobre capital próprio e partes beneficiárias, sobre resultados apurados no exercício corrente e exercícios anteriores.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Governo do Distrito Federal	444.907	20.670	444.907	20.670
Eletrobras, inclusive Partes Beneficiárias			11.791	13.244
Outros Acionistas	114.750	13.148	114.750	13.148
Total	559.657	33.818	571.448	47.062
Circulante	559.657	33.818	571.448	47.062

A Companhia, no início do exercício de 2019, recebeu Mandado de Penhora determinando o bloqueio da quantia de R\$ 5.817 (cinco milhões, oitocentos e dezessete mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte centavos), que estaria destinada ao pagamento dos dividendos aos acionistas referente ao exercício de 2018, conforme já mencionado na Nota Explicativa nº 1.5. Deste montante bloqueado, R\$ 583 estão destinados ao Governo do Distrito Federal.

18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão de Férias	631	294	874	12.304
Encargos Sobre Provisões			65	4.416
Abono Assiduidade				3.035
Participação nos Lucros (a)				1.621
Outros	7	3	7	2.057
Total	638	297	946	23.433
Circulante	638	297	946	23.433

(a) A provisão para a Participação nos Lucros e Resultados - PLR foi apurada com base no Acordo Coletivo de Trabalho – ACT (2019/2020) vigente. Em 2020, não há provisão dessa natureza, pois, de acordo com o referido Acordo Coletivo, como ocorreu na CEB Distribuição S.A. a quebra dos *covenants* regulatórios, a Companhia não estaria apta a realizar tal distribuição de resultados.

19. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, são apresentados a seguir:

19.1. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS PROVISIONADOS

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatório. A administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas expectativas de perda são consideradas prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Regulatórias				37.705
Trabalhistas				17.530
Fiscais	100		1.163	276
Cíveis	100	100	3.258	15.936
Total	200	100	4.421	71.447
Circulante	200	100	2.463	10.309
Não Circulante			1.958	61.138

19.1.1. Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

	Controladora		
	Cível	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018		1	1
Constituição de Provisão	100		100
Reversão de Provisão		(1)	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	100		100
Constituição de Provisão		100	100
Reversão de Provisão			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	100	100	200

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.936	4.667	1	34.168	50.772
Constituições de Provisão	7.101	12.803	276	1.597	21.777
Baixa/Reversão de Provisão	(1.969)	(1.839)	(1)		(3.809)
Atualização Monetária	462	305		1.940	2.707
Saldo em 31 de dezembro de 2019	17.530	15.936	276	37.705	71.447
Operação Descontinuada	(17.530)	(12.678)		(37.705)	(67.913)
Constituições de Provisão			887		887
Saldo em 31 de dezembro de 2020		3.258	1.163		4.421

a) Demandas cíveis

Ações pleiteando indenização por acidentes na rede de iluminação pública; danos morais; e questionamentos indenizatórios/compensatórios, inclusive de demandas ambientais.

a.1) Demandas ambientais

Essa demanda regulatória se refere ao Processo AP Nº 2017.08.1.004578-5 MPDFT X CEB Geração S.A. e outros – a Segunda Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural – 2ª PRODEMA/MPDFT e trata-se da denúncia em face de CAESB, ADASA e CEB Geração, pela suposta prática de crime ambiental imputado às pessoas jurídicas supramencionadas, onde, segundo inquérito de apuração, teriam concorrido decisivamente para massiva mortandade de peixes em zona ambiental de Área de Proteção Ambiental do rio São Bartolomeu, a jusante do barramento do lago Paranoá. Os consultores jurídicos da Companhia entendem que é provável a perda desta causa, e, por conservadorismo, a administração decidiu por efetuar a provisão da causa no valor de R\$ 1.200.

b) Demandas fiscais

A Companhia e suas subsidiárias são partes em processos administrativos e judiciais referentes às declarações de compensação não homologadas de tributos (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL). A Companhia busca o reconhecimento do direito de compensação nas esferas administrativa e judicial.

19.2. PASSIVO CONTINGENTE – RISCO POSSÍVEL

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. Os montantes desses processos estão reproduzidos no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fiscais	127.407	126.749	127.407	140.244
Cíveis				2.601
Trabalhistas				1.126
Total	127.407	126.749	127.407	143.971

A CEB possui processos judiciais de execuções fiscais na Receita Federal do Brasil – RFB, anteriores ao período de desverticalização do Grupo ocorrida em janeiro de 2006, oriundos de não homologação de pedido de compensação (PER/DCOMP) por erro formal e material em seu preenchimento.

Em 2003, após manifestação da RFB na Solução de Consulta SRRF/1ª RF/DISIT Nº 43 de 1º julho de 2003, a CEB refez, à época, as bases de cálculos dos tributos IRPJ/CSLL/PIS e COFINS de dezembro de 2001 a agosto de 2003, sendo necessário retificar DIPJ, DCTF e PER/DCOMP. Quando destas retificações, ocorreram erros formais que impediram a compensação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

19.3. ATIVO CONTINGENTE – ÊXITO PROVÁVEL

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza cíveis e fiscais envolvendo êxito provável classificados pela administração, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há ativo constituído. Os montantes desses processos, em 31 de dezembro de 2020, estão reproduzidos no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fiscais	200	200	200	200
Cíveis	150	150	150	25.472
Total	350	350	350	25.672

20. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Parcelamento de Multa ANEEL				4.127
Consumidores	429	192	435	80.968
Consignações a Favor de Terceiros				7.913
Arrendamento			2.540	3.315
Retenção de Quotas – RGR				724
Cauções e Garantia	66	66	70	962
Obrigações Com Empresas Ligadas	65	64	137	137
Outras Obrigações	834	850	1.701	3.600
Total	1.394	1.172	4.883	101.756
Circulante	1.394	1.172	4.343	30.124
Não Circulante			540	71.632

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 566.025 (R\$ 566.025 – 2019). As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais de ambas as classes não têm direito a voto.

A composição do Capital Social subscrito e integralizado, por classe de ações, é a seguinte:

Capital Total em Ações	31/12/2020	31/12/2019
Ações Ordinárias	7.184.178	7.184.178
Ações Preferenciais	7.232.205	7.232.205
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	5.919.203	5.919.203
Total	14.416.383	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação:		
Patrimônio Líquido	678.769	783.986
Quantidade de Ações	14.416.383	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação – Em (R\$)	47,08	54,38

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

21.2. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

A composição do saldo da rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Custo Atribuído do Ativo Imobilizado	7.124	187.869
Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A.	20.421	20.421
Perda Atuarial – Plano de Previdência	(52.525)	(98.904)
Total	24.980	109.386

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

21.2.1. Custo atribuído (*Deemed Cost*)

A Reserva para Ajustes de Avaliação Patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009, ocorreram vendas de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

Em 2018, outros terrenos foram vendidos e a reserva foi realizada em R\$ 489, líquido dos efeitos tributários.

Em 2020, a CEB D e a Terracap celebraram contrato de compra e venda de terreno localizado no Setor Noroeste, SIA NORTE PR 155/1/DF Brasília-DF, com área total de 284.160 m2. O valor total da operação foi de R\$ 318.900.

Os recursos provenientes da alienação do referido terreno foram destinados para a liquidação do saldo de ICMS postergado de 2019 para 2020 no âmbito da CEB DIS; tributação sobre o ganho de capital; e o saldo remanescente integrará o acervo que será conferido à CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. no processo de cisão parcial da CEB DIS.

O efeito decorrente da adoção do custo atribuído em 31 de dezembro de 2020 é demonstrado conforme quadro a seguir:

Terrenos	Controladora / Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.442
Ajustes por Adoção do Custo Atribuído	295.744
Saldo em 1º de janeiro de 2009	297.186
Alienação de Terreno – Exercício de 2009	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto	286.087
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL – 34%) em 31 de dezembro de 2017 – Líquido do Efeito Fiscal	(97.270)
Alienação de Terreno – Exercício de 2018	(1.437)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	284.650
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL – 34%)	(96.781)
Alienação de Terreno – Exercício de 2020	(273.857)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.793
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL – 34%)	(3.669)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 – Líquido do Efeito Fiscal	7.124
Saldo em 31 de dezembro de 2019 – Líquido do Efeito Fiscal	187.869

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

21.3. PERDAS ATUARIAIS – PLANOS ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIO

A Companhia é patrocinadora da FACEB – Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, que tem por objetivo suplementar os benefícios assegurados pela Previdência Social aos empregados da CEB DIS e aos seus dependentes, bem como é operadora de Plano de Saúde, conforme apresentado a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação
Plano Comp. Benefícios Previdenciários – BD	Aposentadoria e Pensão	Benefício Definido
Plano Comp. Benefícios Previdenciários – BD Saldado	Aposentadoria e Pensão	Benefício Definido
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e Pensão	Contribuição Definida
Plano CEB Saúde Vida	Assistência Médica	Contribuição Definida
Plano FACEB Saúde Vida	Assistência Médica	Contribuição Definida
Plano FACEB Família	Assistência Médica	Contribuição Definida

A Fundação administra três Planos de Previdência, sendo dois deles instituídos na modalidade de Benefício Definido (BD), fechados para novas adesões; e o plano denominado CEBPREV, na modalidade Contribuição Definida (CD). Este último, por sua vez, não é reconhecido como benefício pós-emprego, portanto, não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa.

Ainda, a FACEB é Operadora de três Planos de Saúde, com registro definitivo concedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, desde fevereiro de 2014. Por meio dos Planos de Saúde a empresa mantém para os seus empregados e familiares benefícios de assistência à saúde, sendo que a CEB DIS não tem responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas, tendo em vista decisão judicial, no caso do CEB-ASSISTENCIAL (extinto em 2017), ocorrida por força de Acórdão relativo à Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 2014002032055-2, e que sua participação no plano denominado CEB-SAÚDE está limitada ao aporte da despesa gerada pelos participantes ativos e seus dependentes, não lhe cabendo responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas e, dessa forma, não existe passivo com benefícios pós-emprego.

A modalidade dos planos de saúde é de autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, com as seguintes características:

- Plano CEB Saúde Vida: destinado aos empregados ativos e dependentes e atenderá a CEB e suas controladas. A contribuição mensal levará em consideração a remuneração e a faixa etária. O valor da contribuição mensal devida pelo beneficiário titular não poderá ser inferior a 2% ou superior a 10% da sua remuneração.
- Plano FACEB Saúde Vida: destinado aos beneficiários, ex-empregados demitidos sem justa causa, pedidos de demissão ou aposentados, extensivo a seus dependentes. A contribuição mensal levará em consideração a faixa etária em que o beneficiário (titular e dependente) se enquadrar.
- Plano FACEB Família: destinado, exclusivamente, aos familiares dos beneficiários titulares do Plano CEB Saúde Vida e do Plano FACEB Saúde Vida, denominados beneficiários agregados. A contribuição mensal levará em consideração a faixa etária em que o beneficiário se enquadrar.

21.3.1. Premissas atuariais do Plano BD

	Plano Complementar	
	31/12/2020	31/12/2019
Financeira		
Taxa Real Anual de Juros	3,42%	2,67%
Taxa de Inflação Projetada	3,34%	3,50%
Taxa Anual de Juros	6,87%	6,26%
Demográficas		
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 M&F, suavizada em 10%	AT-2000 M&F, suavizada em 10%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	TASA-1927	TASA-1927

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

21.3.2. Plano Complementar de Benefícios Previdenciais – BD

As movimentações do Valor Presente da Obrigação Atuarial e dos Ativos do Plano com Benefício Definido - BD são:

Descrição	Plano Previdenciário
Valor Justo dos Ativos dos Planos	
Valor justo dos ativos do Plano em 31 de dezembro de 2019	1.765.989
Retorno esperado dos ativos do plano	80.898
Ganhos/(Perdas) atuariais	(116.019)
Contribuições do Patrocinador	5.499
Contribuições do participante do Plano	2.733
Benefícios pagos pelo plano	(60.492)
Serviço passado - Ganhos/(perdas) em alterações/reduções	(1.529.092)
Valor justo dos ativos do Plano em 31 de dezembro de 2020	149.517
Valor presente das Obrigações atuariais	
Valor presente da obrigação atuarial em 31 de dezembro de 2019	(2.152.098)
Custo do serviço corrente	(5.826)
Custo dos juros	(97.754)
Ganhos/(Perdas) atuariais	249.384
Benefícios pagos pelo plano	60.492
Contribuições Assistidos	(2.532)
Serviço passado - Ganhos/(perdas) em alterações/reduções	1.792.781
Valor presente da obrigação atuarial em 31 de dezembro de 2020	(155.553)

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais apresentou um Valor Presente de Obrigação Atuarial de R\$ 155.553, que ao ser confrontado com o Valor Justo dos Ativos do Plano de R\$ 149.517, resultou em um déficit de R\$ 6.036, constituindo-se, portanto, um Passivo Atuarial. De acordo com a legislação em vigor, e conforme decisão da Companhia, a partir de dezembro de 2019 a obrigação foi reconhecida de forma proporcional às contribuições normais para o plano de benefícios, nos termos estabelecidos na legislação do regime de previdência complementar brasileiro.

A movimentação do Ativo e do Passivo é demonstrada conforme quadro seguinte:

	Plano Previdenciário
(Passivo)/Ativo integral em 31 de dezembro de 2019	(386.110)
Contribuições aportadas no plano	5.499
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais	26.131
Despesas do exercício	67.061
Aplicação da restrição do passivo (parcela de responsabilidade dos empregados)	285.528
(Passivo)/Ativo reconhecido em 31 de dezembro de 2020	(1.891)

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais se encontra em situação de cobertura parcial do Valor Presente da Obrigação Atuarial, apresentando, em 31 de dezembro de 2020, um déficit atuarial. A variação no resultado atuarial, quando comparado com a situação em 31 de dezembro de 2019, se deve, principalmente, à alteração da hipótese de taxa de juros atuarial, provocando uma redução da Obrigação Atuarial em R\$ 203.705, que representa 9,47% da referida Obrigação em 31 de dezembro de 2019. Adicionalmente, observou-se uma elevação no Valor Justo dos Ativos de R\$ 28.639 (1,62%), que contribuiu para a redução do déficit atuarial, tendo em vista que a Obrigação Atuarial apresentou redução de R\$ 158.085 (28,57%).

Adicionalmente, observou-se variações na obrigação atuarial e no valor justo dos ativos em decorrência do processo de saldamento do antigo plano de benefício definido, que implicou na transferência de participantes e assistidos daquele plano para o novo plano Faceb-Saldado e para o plano Cebprev, eliminando o vínculo desses participantes e assistidos com o plano antigo e, consequentemente as respectivas obrigações atuariais. A migração desses participantes implicou em redução de R\$ 1.792.781 no valor presente da obrigação atuarial.

Em julho de 2020 o Plano BD passou por processo de saldamento no qual ocorreu a migração de vários participantes e assistidos para os planos Faceb - Saldado e CEBPREV, ocasionando uma redução de R\$ 41,5 milhões no passivo atuarial do plano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Após saldamento as dívidas dos contratos de Equacionamento relativos a 2016, 2017, 2018 e o déficit do Plano BD de responsabilidade da Patrocinadora foram consolidadas em um único contrato de confissão de dívidas (4º Equacionamento), onde a patrocinadora compromete-se a amortizar, mediante aporte de contribuições extraordinárias, o montante de 70,82 milhões, à taxa de 5% de juros anuais capitalizados mensalmente e atualização monetária pela variação do INPC-IBGE. Na consolidação os prazos de pagamento foram estipulados conforme descrito na nota 21.3.4.2.

21.3.3. Premissas atuariais do Plano FACEB saldado

	Plano Complementar	
	31/12/2020	31/12/2019
Financeira		
Taxa Real Anual de Juros	3,42%	n.a.
Taxa de Inflação Projetada	3,34%	n.a.
Taxa Anual de Juros	6,87%	n.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 M&F, suavizada em 10%	AT-2000 M&F, suavizada em 10%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	Winklevoss	n.a.
Tábua de entrada em invalidez	TASA-1927	n.a.

21.3.4. Plano Complementar de Benefícios Previdenciais – FACEB saldado

As movimentações do Valor Presente da Obrigação Atuarial e dos Ativos do Plano com Faceb Saldado são:

Descrição	Plano Previdenciário
Valor Justo dos Ativos dos Planos	
Valor justo dos ativos do Plano em 31 de dezembro de 2019	
Receita de Juros dos Ativos	6.061
Ganhos/(Perdas) atuariais	399.873
Benefícios pagos pelo plano	(13.311)
Valor justo dos ativos do Plano em 31 de dezembro de 2020	392.623
Valor presente das Obrigações atuariais	
Valor presente da obrigação atuarial em 31 de dezembro de 2019	
Custo do serviço corrente	
Custo dos juros	(5.961)
Ganhos/(Perdas) atuariais	(390.460)
Benefícios pagos pelo plano	13.311
Serviço passado - Ganhos/(perdas) em alterações/reduções	
Valor presente da obrigação atuarial em 31 de dezembro de 2020	(383.110)

O Plano Faceb saldado apresentou um Valor Presente de Obrigação Atuarial de R\$ 383.110, que ao ser confrontado com o Valor Justo dos Ativos do Plano de R\$ 392.623, resultou em um superávit de R\$ 9.513, constituindo-se, portanto, em um ativo líquido atuarial. Conforme estabelece o CPC-33 (R1), quando houver ativo líquido a empresa deverá reconhecer o valor do ativo limitado ao montante de benefícios econômicos que o superávit do plano poderá lhe proporcionar (teto de ativo).

A Resolução nº 30/2018, do Conselho Nacional de Previdência Complementar, estabelece que benefícios econômicos, via redução, suspensão ou devolução de contribuições à patrocinadora só poderão ser feitos sob determinadas condições e após a formação de reserva de contingência, mediante plano de revisão aprovado pelo Conselho Deliberativo da entidade gestora e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), no caso de restituição de valores à patrocinadora.

Ocorre que, até o momento, não há qualquer plano de revisão em andamento relativo ao plano Faceb-Saldado e, por esse motivo, não há perspectivas de benefícios econômicos para a empresa decorrentes do ativo líquido aqui apresentado. Nesse sentido, o valor do ativo líquido está sendo integralmente limitado pelo teto de ativo e não há provisão a reconhecer.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A movimentação do Ativo e do Passivo é demonstrada conforme quadro seguinte:

	Plano Previdenciário
(Passivo)/Ativo integral em 31 de dezembro de 2019	
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais	9.513
Aplicação do limite do teto de ativo	(9.513)
(Passivo)/Ativo reconhecido em 31 de dezembro de 2020	

21.3.4.1. Estratégias Previdenciais

As Estratégias Previdenciais, referente aos Planos administrados pela FACEB, consistem na apresentação de propostas de alterações para os regulamentos do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais da FACEB – Plano BD e do Plano de Benefícios CEBPREV, envolvendo operação de migração voluntária e proposta de criação do Plano de Benefícios, estruturado na modalidade de Benefício Definido, saldado e fechado a novas adesões, onde somente admitirá o ingresso por meio de migrações, denominado Plano FACEB-Saldado.

As referidas Estratégias foram apreciadas e aprovadas pelos Órgãos Estatutários da FACEB, bem como pela CEB DIS e pelo Governo do Distrito Federal. O dossiê da referida Estratégia foi protocolado em dezembro de 2018 na PREVIC, a qual, em março de 2019, encaminhou à Fundação o Parecer nº 123/2019/CTR/CGTR/DILIC, contendo exigências a serem observadas pela FACEB.

Por fim, restando cumprida as exigências expedidas pelo Órgão Regulador, em 17 de março de 2020, a Diretoria de Licenciamento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar emitiu a Portaria nº 196, de 13 de março de 2020, resolvendo:

- Autorizar as alterações propostas ao regulamento do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais da FACEB, CNPB nº 1993.0004-29, administrado pela Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB;
- Autorizar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios CEBPREV, CNPB nº 2006.0068-11, administrado pela Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB;
- Autorizar a aplicação do regulamento do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais - FACEB-SALDADO, a ser administrado pela Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB;
- Inscrever no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB o Plano Complementar de Benefícios Previdenciais - FACEB-SALDADO, sob o nº 2020.0006-11;
- Autorizar o convênio de adesão celebrado entre a Companhia Energética de Brasília - CEB, CNPJ nº 00.070.698/0001-11, e a CEB Distribuição S.A., CNPJ nº 07.522.669/0001-92, na condição de patrocinadoras do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais - FACEB-SALDADO, CNPB nº 2020.0006-11, e a Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB; e
- Autorizar o termo de adesão celebrado pela FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, CNPJ nº 00.469.585/0001-93, na condição de patrocinadora do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais - FACEB-SALDADO, CNPB nº 2020.0006-11.

Ante o exposto, a Fundação, em consonância com a legislação em vigor, teve o prazo de até 180 dias, contado da data de publicação da referida Portaria, para a conclusão do processo previsto nas citadas Estratégias Previdências.

21.3.4.2. Equacionamentos

De acordo com os estudos atuariais preparados pela FACEB, referentes aos exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2020 respaldados por Pareceres Atuariais da Mercer Gama, o déficit mínimo a equacionar, envolvendo a CEB DIS, participantes ativos e assistidos, foi de R\$ 65,2 milhões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os referidos resultados motivaram as realizações dos Contratos de Equacionamentos de Déficits, junto à CEB DIS, em atenção ao o art. 21 da LC nº 109/2001 e ao art. 29 da Resolução CGPC nº 26/2008, conforme demonstrado a seguir:

Período		Valor Patrocinadora	Prazo de amortização	Início do pagamento	Juros(%)	Correção monetária	Sistema de amortização
Plano BD	2016	960	216,9 meses	fev/18	5,0	INPC/IBGE	Price
	2017	689	209 meses	fev/19	5,0	INPC/IBGE	Price
	2018	2.483	223 meses	abr/20	5,0	INPC/IBGE	Price
	2020	3.586	214 meses	set/20	5,0	INPC/IBGE	Price
Plano CEBPREV		34.266	214 meses	set/20	5,0	INPC/IBGE	Price
Plano FACEB-Saldado		28.840	190 meses	set/20	5,0	INPC/IBGE	Price

Tais passivos estão sendo rigorosamente amortizados nos prazos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da dívida do saldamento do plano BD é de R\$ 72.983.

21.4. RESERVA DE LUCROS

21.4.1. Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do Lucro Líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a Reserva Legal, somada às Reservas de Capital, excederem 30% o Capital Social. A reserva somente é utilizada para o aumento do Capital Social ou para absorção de prejuízos.

21.5. RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Companhia apurou um Lucro Líquido no exercício de 2020 no montante de R\$ 432.619 (R\$ 119.045 em 2019 - Sem considerar os ajustes de exercícios anteriores).

21.5.1. Demonstrativo da Destinação do Resultado

Distribuição do Lucro do Exercício	2020	2019
Lucro do Exercício (Não considerado os ajustes de exercícios anteriores para 2019)	432.619	119.045
Absorção de Prejuízos Acumulados – Efeito da Reapresentação de Exercícios Anteriores	(20.597)	(1.147)
Prejuízos Acumulados a absorver (a.i)	(9.779)	
Realização de Custo Atribuído, lançado diretamente na conta de lucros Acumulados (a.ii)	180.745	
Lucro Base para Distribuição	582.988	117.898
Constituição da Reserva Legal - (5%)	(29.149)	(5.895)
Lucro Líquido Ajustado (art. 202 da Lei nº 6.404/1976)	553.839	112.003
Dividendo a Distribuir - 100% (2019 – 25%)	553.839	28.001
Reserva para Expansão dos Negócios Sociais		84.002

(a) Os valores registrados na rubrica de Lucros ou Prejuízos acumulados se referem a: (i) prejuízo acumulado lançado diretamente neste grupo na subsidiária CEB Distribuição S.A. que, por equivalência, também foi registrado na Companhia no mesmo grupo de contas pelo montante aproximado de R\$ 9,8 milhões referente a ajuste de exercícios anteriores; e (ii) Em 2010, a Companhia efetuou uma reavaliação dos seus terrenos, de acordo com a regra contábil vigente à época, registrando o custo atribuído em conta de patrimônio líquido, mais especificamente a conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial. Ainda naquele ano, a CEB efetuou aporte de capital na CEB DIS com um desses terrenos. Por regramento, até que esse terreno saia do grupo econômico, não se pode realizar essa reserva do patrimônio. No exercício de 2020, a CEB DIS e a Terracap celebraram contrato de compra e venda deste terreno localizado no Setor Noroeste, dando neste momento condições para que a CEB efetuasse a realização desta reserva. O lançamento da baixa da reserva foi efetuado diretamente contra a conta de lucros e prejuízos acumulados. A reserva foi baixada pelo valor líquido de aproximadamente R\$ 180 milhões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

21.5.2. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateados pelas ações em que se dividir o capital da companhia.

As ações preferenciais classe A têm prioridade no recebimento dos dividendos mínimos de 10% (cinco por cento) ao ano, calculado proporcionalmente ao que elas representam no capital social integralizado até a data do encerramento do exercício correspondente. Essa prioridade no recebimento dos dividendos não garante, por si só, o pagamento de dividendos nos exercícios sociais em que a companhia não auferir lucro.

Para as ações preferenciais classe B serão sempre asseguradas, na forma do art. 17, § 1º, inciso II da Lei nº 6.404/1976, com a redação dada pela Lei nº 13.303/2001, o recebimento de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os pagos às ações ordinárias.

O pagamento de dividendos poderá ser realizado apenas aos detentores de ações preferenciais, caso os dividendos prioritários absorvam todo o lucro líquido ajustado do exercício ou alcancem valor igual ou superior ao dividendo mínimo obrigatório de 25%.

22. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

22.1. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentação
Energia de Curto Prazo			24.037	38.042
Receita de Prestação de Serviços	58.902	67.939	58.902	67.939
Suprimento de Energia			202.915	230.522
Receita de Venda de Gás			4.758	6.932
Outras Receitas	13			
Receita Operacional Bruta	58.915	67.939	290.612	343.436
Impostos	(1.178)	(1.359)	(1.863)	(2.335)
Contribuições	(5.465)	(6.284)	(25.492)	(29.362)
Encargos do Consumidor		(26)	(8.079)	(7.002)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(6.643)	(7.669)	(35.434)	(38.699)
Receita Operacional Líquida	52.272	60.270	255.178	304.737

22.2. CUSTO COM SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Energia Elétrica Comprada Para Revenda – Curto Prazo	(26.298)	(45.672)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(16.502)	(15.716)
Repactuação do Risco Hidrológico	(2.198)	(2.218)
Total	(44.998)	(63.606)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

22.3. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Pessoal e Administradores (a)	(17.256)	(16.519)	(23.225)	(21.817)
Serviço de Terceiros (b)	(41.620)	(35.749)	(51.114)	(45.599)
(Provisão) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.870)	(2.699)	(1.870)	(2.699)
Depreciação e Amortização	(1.087)	(1.097)	(8.329)	(8.548)
Reembolso de Custos Operacionais Contratuais - Investco			(27.713)	(36.106)
Material	(10.953)	(12.481)	(11.041)	(12.558)
Outras Despesas, líquidas de recuperação de despesas	(549)	(477)	(4.100)	(7.466)
Total	(73.335)	(69.022)	(127.392)	(134.793)
Classificação:				
Custo da Operação			(40.271)	(50.888)
Custo dos Serviços Prestados a Terceiros	(42.362)	(48.231)	(45.088)	(51.355)
Despesas com Vendas	(1.810)	(2.805)	(1.810)	(2.805)
Despesas Gerais e Administrativas	(29.162)	(17.986)	(40.223)	(29.744)

(a) A despesa com pessoal e administradores, em 2019, é menor em relação ao exercício atual por ter no início daquele ano, ocorrido a mudança da diretoria e de diversos cargos que só foram preenchidos ao final de abril.

(b) A despesa com serviços de terceiros apresentou elevação significativa em função do reconhecimento da dívida junto ao BNDES pelo trabalho realizado no processo de desestatização da CEB DIS no valor aproximado de R\$ 7,3 milhões.

22.4. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios		1		1
Resultado na Baixa/Alienação de Bens		42		(378)
Outras Receitas	180	124	1.101	2.903
Subtotal	180	167	1.101	2.526
Outras Despesas Operacionais				
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	(100)	(100)	(730)	(1.987)
Outras Despesas				18
Subtotal	(100)	(100)	(730)	(1.969)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	80	67	371	557

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

22.5. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Receitas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	1.132	11.150	2.406	12.698
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios			166	652
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia				623
Rendimentos de Aplicações Financeiras	794	886	3.719	4.954
Receita de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	11.181	12.967	17.350	19.727
Reversão de Juros Sobre Capital Próprio	(7.648)	(8.388)	(13.677)	(15.000)
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(798)	(1.336)	(920)	(1.517)
Outras Receitas Financeiras	7		211	180
Subtotal	4.668	15.279	9.255	22.317
Despesas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos		(237)	(90)	(375)
Encargos de Dívidas (a)	(7.871)	(572)	(7.878)	(3.149)
Outras Despesas Financeiras	(338)	(2.887)	(787)	(3.995)
Subtotal	(8.209)	(3.696)	(8.755)	(7.519)
Resultado Financeiro	(3.541)	11.583	500	14.798

(a) O aumento se deve, substancialmente, as captações financeiras realizadas no fim do exercício de 2019.

23. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação, básico e diluído, foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os acionistas.

23.1. BÁSICO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

23.2. DILUÍDO

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação, básico e diluído:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro Ajustado Atribuível aos Acionistas da Companhia (*)	553.839	112.003
Lucro Alocado às Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	262.644	53.614
Lucro Alocado às Ações Preferenciais Classe A – Básicas e Diluídas	53.157	9.798
Lucro Alocado às Ações Preferenciais Classe B – Básicas e Diluídas	238.038	48.591
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	7.184	7.184
Ações Preferenciais Classe A – Básicas e Diluídas	1.313	1.313
Ações Preferenciais Classe B – Básicas e Diluídas	5.919	5.919
Lucro por Ação – R\$		
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	36,90	7,46
Ações Preferenciais Classe A – Básicas e Diluídas	36,90	7,46
Ações Preferenciais Classe B – Básicas e Diluídas	40,59	8,21

(*) A conciliação desses valores com o lucro líquido do exercício da Companhia para o exercício está descrito na nota explicativa 21.5.1.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

24.1. CONTROLADORA FINAL

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal – GDF.

24.2. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Remuneração	4.265	4.015	7.754	7.350
Demais Benefícios de Curto Prazo	103	98	191	112
Total	4.368	4.113	7.945	7.462

O Grupo pratica a concessão de empréstimo no valor de uma remuneração, quando solicitado, em razão da licença remunerada anual apenas para os diretores, não incluindo conselheiros ou familiares imediatos, porém não concede remuneração variável e tampouco benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

24.3. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

24.3.1. Operações da Controladora com seus acionistas controladores e suas controladas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019
Ativo		40.033	48.629
Contas a Receber, Líquido da PECLD		11.558	18.526
Governo do Distrito Federal	a	11.558	18.526
Demais Ativos		28.475	30.103
Dividendos/JSCP	b	27.327	18.681
CEB Lajeado S.A.		6.501	7.131
CEB Geração S.A.		8.039	2.324
CEB Participações S.A.		7.617	6.409
Corumbá Concessões S.A.		3.109	889
Energética Corumbá III S.A.		2.060	1.928
Empréstimos e Financiamentos (Mútuos)		1.148	11.399
Corumbá Concessões S.A.		1.148	11.399
Outras Operações			23
CEB Distribuição S.A.			23
Passivo		469.700	67.157
Dividendos	c	444.907	20.670
Governo do Distrito Federal		444.907	20.670
Empréstimos e Financiamentos		24.793	45.633
Banco de Brasília – BRB	d	24.793	45.633
Demais Obrigações			854
CEB Distribuição S.A.			791
CEB Distribuição S.A.			63

Transações Com Partes Relacionadas (Resultado)	Notas	Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019
Receitas		59.364	69.429
Receita de Prestação de Serviços		58.902	67.939
Governo do Distrito Federal	a	58.902	67.939
Encargos de Mútuo		462	1.490
Corumbá Concessões S.A.	e	462	1.490
Despesas		(5.022)	(2.699)
(Provisão)/Reversão Estimada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.870)	(2.699)
Governo do Distrito Federal	f	(1.870)	(2.699)
Despesas de Juros e Correção Monetária		(3.152)	
Banco de Brasília – BRB		(3.152)	

a) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF. Em 2020, a margem líquida média dos contratos, quando avaliados desde a sua assinatura até 31 de dezembro de 2020, foi de 10,97%;

b) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio decorrentes dos resultados das investidas;

c) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador;

d) Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia Energética de Brasília realizou captações financeiras junto ao Banco de Brasília – BRB, conforme mencionado na Nota Explicativa 16;

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

e) Diz respeito aos encargos dos empréstimos (mútuos) realizados com a investida Corumbá Concessões S.A. em 2016 e 2017, cujas remunerações correspondem a juros de 1% + IGP-M e a 128% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, respectivamente; e

f) Representa as variações sobre as PECLD com o Governo do Distrito Federal – GDF, pelos serviços de manutenção e obras de iluminação pública por serviços prestados pela CEB.

24.3.2. Operações do Grupo e seus acionistas controladores e coligadas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019
Ativo		21.688	91.025
Contas a Receber, Líquida da PECLD		11.558	75.625
Corumbá Concessões S.A.			460
Energética Corumbá III S.A.			112
Governo do Distrito Federal	a	11.558	75.053
Demais Ativos		10.130	15.400
Dividendos/JSCP	b	8.982	4.001
Corumbá Concessões S.A.		3.109	889
Energética Corumbá III S.A.		2.060	1.928
Investco S.A.		3.813	1.184
Empréstimos e Financiamentos (Mútuos)	c	1.148	11.399
Corumbá Concessões S.A.		1.148	11.399
Passivo		472.239	739.143
Fornecedores			20.587
Corumbá Concessões S.A.			15.755
Energética Corumbá III S.A.			4.832
Contribuição de Iluminação Pública			44.541
Governo do Distrito Federal			44.541
Dividendos	d	440.795	20.670
Governo do Distrito Federal		444.907	20.670
Empréstimos e Financiamentos	e	24.793	45.633
Banco de Brasília - BRB		24.793	45.633
Parcelamento, Postergação e Imposto Corrente (ICMS)			604.397
Governo do Distrito Federal			604.397
Arrendamento a Pagar		2.539	3.315
Investco S.A.		2.539	3.315

Transações Com Partes Relacionadas (Resultado)	Notas	Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Receitas		59.364	69.429
Receita de Prestação de Serviços	a	58.902	67.939
Governo do Distrito Federal		58.902	67.939
Encargos de Mútuo	c	462	1.490
Corumbá Concessões S.A.		462	1.490
Despesas		(35.497)	(42.485)
Despesa com Arrendamento		(30.475)	(39.786)
Investco S.A.		(30.475)	(39.786)
Provisão/Reversão Estimada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa, líquidas	f	(1.870)	(2.699)
Governo do Distrito Federal		(1.870)	(2.699)
Despesas de Juros e Atualização Monetária		(3.152)	
Banco de Brasília - BRB		(3.152)	

a) Representa valores a receber por serviços prestados de obras e manutenção da rede de iluminação pública ao Governo do Distrito Federal. Estes serviços são prestados conforme contratos realizados entre a CEB e o GDF. Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF. Em

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2020, a margem líquida média dos contratos, quando avaliados desde a sua assinatura até 31 de dezembro de 2020, foi de 10,97%;

b) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio decorrentes dos resultados das investidas;

c) Diz respeito aos encargos dos empréstimos (mútuos) realizados com a investida Corumbá Concessões S.A. em 2016 e 2017, cujas remunerações correspondem a juros de 1% + IGP-M e a 128% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, respectivamente;

d) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador;

e) Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia Energética de Brasília realizou captações financeiras junto ao Banco de Brasília – BRB, conforme mencionado na Nota Explicativa 16; e

f) Representa as variações sobre as PECLD com o Governo do Distrito Federal – GDF, pelos serviços de manutenção e obras de Iluminação Pública por serviços prestados pela CEB.

24.3.3. Operações com a FACEB

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB. Vide detalhes das transações na Nota Explicativa nº 21.3.

25. SEGUROS

Em 2020, o Grupo contratou seguro de responsabilidade para os administradores (D&O) com importância segurada de R\$ 15.370, em garantia única, com prêmio de R\$ 94. O contrato é de 1 ano e é válido até 07 de dezembro de 2021.

A CEB Geração S.A. adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros, porém a administração está impossibilitada em contratar o seguro patrimonial por falta de interesse das seguradoras em apresentar propostas, por se tratar de uma barragem do final da década de 50 e uma usina do início da década de 60, quase totalmente depreciada. Destacamos que como Serviço Temporário, não há obrigação regulamentar da contratação. Portanto, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui cobertura de seguro para seus ativos.

As demais empresas do grupo não possuem contratação de seguros por entenderem que não possuem ativos com risco que sejam necessários cobertura de seguros.

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis de unidades de negócios estratégicas. Para cada uma delas, a administração analisa os relatórios internos periodicamente. O resumo seguinte descreve as operações dos segmentos reportáveis:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S.A. (Operação Descontinuada);
- Geração de energia: tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da empresa CEB Geração S.A. e a CEB Participações S.A.;
- Comercialização de energia elétrica: tem como atribuição a comercialização de energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A.; e
- Outros – Neste segmento estão a Companhia Energética de Brasília – CEB, que tem como atribuições a participação em outras sociedades como sócia-quotista ou acionista e é a concessionária de serviços de expansão e manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal; a Companhia Brasiliense de Gás, que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado; e a CEB Iluminação Pública e Serviços S.A., que possui como atribuição prestar serviços de elaboração de estudos, projetos de engenharia, execução de obras de implantação, ampliação, reforma ou manutenção de redes de transmissão e distribuição de energia elétrica aéreas e subterrâneas, sistemas de iluminação pública, instalações elétricas prediais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações referentes a cada segmento reportável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão contempladas no quadro seguinte:

26.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

	Exercício findo em 31/12/2020					
	Operações Continuadas			Operação Descontinuada	Eliminações	Consolidado
	Geração	Comercialização	Outros	Distribuição		
ATIVOS DO SEGMENTO	11.099	90.166	16.232			116.559
Adições (reduções) Aos Ativos do Segmento no Exercício	(51)	(1.321)	1.354			(20)
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES		187.681	343.205		(152.841)	378.045
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13.192	186.030	55.957			255.178
Custo com Energia Elétrica	(1.880)	(43.119)				(44.999)
Custo de Operação	(552)	(36.356)	(3.363)			(40.271)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(2.717)	(13)	(42.357)			(45.088)
Lucro Bruto	8.043	106.542	10.236			124.821
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(3.677)	1.944	61.330		(53.089)	6.507
Despesas com Vendas			(1.810)			(1.810)
Despesas Gerais e Administrativas	(3.677)	(6.632)	(29.914)			(40.223)
Resultado de Equivalência Patrimonial		8.384	92.874		(53.089)	48.169
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		192	180			371
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro	4.366	108.485	71.566		(53.089)	131.328
Receitas (Despesas) Financeiras	585	3.461	(3.546)			500
Receitas Financeiras	757	3.826	4.671			9.255
Despesas Financeiras	(172)	(365)	(8.217)			(8.755)
Variação Cambial						
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes dos Tributos	4.951	111.946	68.020		(53.089)	131.828
Imposto de Renda e Contribuição Social	(678)	(29.942)	6.139			(24.481)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente	(663)	(30.471)	(62.425)			(93.558)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido	(15)	528	68.564			69.077
Lucro / (Prejuízo) do Exercício em Operações Continuadas	4.273	82.004	74.159		(53.089)	107.347
RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS			358.030	358.030	(358.030)	358.030
Lucro do Exercício	4.273	82.004	432.189	358.030	(411.119)	465.377
Atribuído aos Acionistas Controladores						432.618
Atribuído aos Acionistas não Controladores						32.759

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Exercício findo em 31/12/2019 Reapresentado					
	Operações Continuadas			Operação Descontinuada	Eliminações	Consolidado
	Geração	Comercialização	Outros	Distribuição		
ATIVOS DO SEGMENTO	9.138	96.319	16.232			121.689
Adições (reduções) Aos Ativos do Segmento no Exercício	(26)	(3.596)	(1.552)			(5.174)
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES		188.796	318.434		(149.238)	357.992
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23.478	215.630	65.629			304.737
Custo com Energia Elétrica	(5.086)	(58.520)				(63.606)
Custo de Operação	(765)	(45.087)	(5.036)			(50.888)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(3.095)	(29)	(48.231)			(51.355)
Lucro Bruto	14.531	111.994	12.362			138.887
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(5.078)	7.722	55.954		(61.626)	(3.028)
Despesas com Vendas			(2.805)			(2.805)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.658)	(6.414)	(18.672)			(29.744)
Resultado de Equivalência Patrimonial		14.804	77.365		(61.626)	28.964
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(420)	(669)	67		1.579	557
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro	9.454	119.715	68.316		(61.626)	135.859
Receitas (Despesas) Financeiras	1.415	1.778	11.605			14.798
Receitas Financeiras	2.115	4.902	15.300			22.317
Despesas Financeiras	(700)	(3.122)	(3.696)			(7.519)
Variação Cambial						
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes dos Tributos	10.869	121.494	79.921		(61.626)	150.657
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.573)	(31.239)	(3.108)			(35.920)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente	(1.428)	(30.647)	(2.252)			(34.326)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido	(146)	(592)	(856)			(1.594)
Lucro / (Prejuízo) do Exercício em Operações Continuadas	9.295	90.255	76.813		(61.626)	114.737
RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS			41.891	41.891		41.891
Lucro do Exercício	9.295	90.255	118.704		(61.626)	156.628
Atribuído aos Acionistas Controladores						119.046
Atribuído aos Acionistas não Controladores						37.582

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

27. CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social de Operações Continuadas	68.451	80.263	131.829	150.658
Ajustes ao Lucro do Exercício				
Resultado gerado diretamente na conta de lucros e prejuízos acumulados	(150.369)		(150.369)	
Depreciação e Amortização	1.087	1.097	8.329	58.393
Resultado de Equivalência Patrimonial	(450.904)	(77.154)	(406.200)	(2.601)
Receita de Construção				(39.330)
Custo de Construção - Concessão				39.330
Constituição/(Reversão) Estimativa de Perda com créditos de liquidação duvidosa	1.870	(2.699)	1.870	136.842
Encargos da Dívida	6.735		6.736	19.406
Atualização a Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável				(5.460)
Atualização Monetária – Mútuo	(462)	(1.490)	(462)	(1.490)
Atualização Monetária – Contribuição de Iluminação Pública				862
Custo de Transação com Empréstimos				2.573
Provisões/Reversões de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais	100	100	730	21.380
	(591.942)	(80.146)	(539.366)	229.905
(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais				
Contas a Receber	6.968	15.964	1.392.652	(124.825)
Estoques	(170)	(110)	(9.369)	1.885
Aplicações Financeiras			9.347	(531)
Depósitos e Bloqueios Judiciais		(5.743)	20.278	(11.126)
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros			503.161	359.543
Tributos e Contribuições Compensáveis	25.016	712	71.343	75.398
Demais Créditos	873	19.443	(99.225)	(16.039)
	32.687	30.266	1.888.187	284.305
Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais				
Fornecedores	3.723	(4.577)	(179.905)	(328.394)
Obrigações Tributárias	(65.044)	(148)	(765.435)	304.021
Contribuição de Iluminação Pública			(228.894)	(58.361)
Encargos Regulatórios			(144.361)	(38.100)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	341	96	(22.487)	(2.550)
Obrigações Societárias	525.839	27.933	524.386	30.318
Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros			(500.200)	(111.561)
Benefícios Pós-Emprego			100.581	(40.760)
Obrigações Vinculadas a Concessão			(102.199)	5.761
Demais Obrigações	222	758	(96.873)	(57.232)
	465.081	24.062	(1.415.387)	(296.858)
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais				
Recebimento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	73.517	12.967	32.790	28.115
Pagamento de Imposto Renda e Contribuição Social				
Pagamento de Encargos da Dívida	(5.079)	(511)	(5.079)	(21.919)
	68.438	12.456	27.711	6.196
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais de Operações Continuadas	42.714	66.690	92.974	374.206
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais de Operações Descontinuadas			137.692	

28. EVENTO SUBSEQUENTE

28.1. INCORPORAÇÃO DE ACERVO LÍQUIDO ORIUNDO DA CEB DISTRIBUIÇÃO S.A. NA CEB ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇOS S.A.

Em 18 de junho de 2020, a CEB DIS solicitou a sua agência reguladora, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, anuência prévia para alteração do seu estatuto social em função da redução de capital social da empresa decorrente da transferência de bens imóveis vinculados a operação de cisão parcial.

A cisão teve por finalidade a migração de terrenos, recursos financeiros e parte dos colaboradores para a CEB IPES.

Em 09 de outubro de 2020, a ANEEL, por meio do despacho nº 2.911, aprovou o pedido de anuência e ratificou o pedido complementar em 25 de janeiro de 2021, por meio do despacho nº 168.

Em fevereiro de 2021, após todos os trâmites regulamentares, a incorporação do acervo líquido cindido foi realizada na CEB IPES, com adição entre ativos e passivos líquidos no montante de R\$ 175.550.

28.2. INCORPORAÇÃO DE ATIVOS VERTIDOS DA CEB DISTRIBUIÇÃO S.A. PARA A CONTROLADORA POR REDUÇÃO DE CAPITAL

O terreno da sede administrativa da CEB Distribuição S.A. foi vertido a CEB por meio de redução de capital em fevereiro de 2021, após a desvinculação do terreno da Base de Remuneração Regulatória (BRR), anuída pela ANEEL em outubro de 2020. O montante da redução de capital foi de R\$ 3.576.

Apesar da transferência para o CEB, o terreno foi alugado para a nova controladora da CEB DIS pelo valor mensal de aproximadamente R\$ 285.

28.3. CONCRETIZAÇÃO DA VENDA DA CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

A CEB publicou o Comunicado Relevante nº 6, no DODF nº242, de 24 de dezembro de 2020 e o Comunicado Relevante nº 7, que tratavam, respectivamente, do resultado definitivo, homologação e adjudicação do Leilão nº01/2020 – CEB D, com adjudicação do seu objeto à empresa BAHIA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A., do grupo Neoenergia, mediante apresentação de proposta econômica no valor de R\$ 2.515.000.

Em 22 de janeiro de 2021 a ANEEL deferiu o pedido de anuência prévia para operação de transferência de controle acionário.

A liquidação do referido Leilão ocorreu no dia 02 de março de 2021, antecipado ao previsto no Cronograma de Eventos, Capítulo VII do Edital do Leilão, sendo efetivada a transferência do controle acionário da CEB Distribuição S.A. nesta data.

28.4. LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DAS CÉDULAS DE CRÉDITOS BANCÁRIOS

Em 02 de março de 2021, tendo em vista a autorização do Conselho de Administração da CEB, a Companhia realizou a liquidação antecipada das Cédulas de Créditos Bancários celebradas com o Banco de Brasília – BRB e China Construction Bank - CCB, nos valores de R\$ 24.873 e de R\$ 70.290, respectivamente, com a finalidade de produzir uma economia financeira com as últimas parcelas das cédulas.

28.5. MUDANÇA DE LOCAL DA SEDE DA COMPANHIA

Com a venda da CEB Distribuição S.A. e locação do terreno para a nova controladora daquela distribuidora, a Companhia deverá alterar nos próximos 60 dias a sede da Companhia. Já está em andamento edital de licitação para locação da nova sede.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

28.6. RECEBIMENTO FINANCEIRO, COM PLENA QUITAÇÃO, DA VENDA DO TERRENO DA CEB GERAÇÃO S.A.

A empresa adquirente do terreno da CEB Geração S.A. efetuou a quitação financeira, junto a CEB, das obrigações contratuais, em 28 de janeiro de 2020, no montante de R\$ 15.467, conforme descrito na Nota Explicativa 2.2.1.1.

Com esta ação, as partes firmaram plena quitação das suas obrigações.

Brasília, 25 de março de 2021.

EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA

Diretor-Presidente

FABIANO CARDOSO PINTO

Diretor Técnico

FAUSTO DE PAULA MENEZES BANDEIRA

Diretor de Planejamento e de Gestão de Riscos

JOEL ANTÔNIO DE ARAÚJO

**Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores**

BRÁS KLEYBER BORGES TEODORO

Contador CRC/GO nº 022.094-0

STÊNIO SCHNEIDER CARDONA ROCHA

Contador CRC/DF nº 019.744-0